

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

25 DE MARÇO DE 2010

15.^a REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

*AUDIÇÃO DO SR. ENG.º ZEINAL BAVÁ (PRESIDENTE DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DA TMN).*

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo)

Oradores:

Jorge Costa (PSD)

Ramos Preto (PS)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Pedro Filipe Soares (BE)

Bruno Dias (PCP)

Luís Gonelha (PS)

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo): — Srs. Deputados, está aberta a reunião.

Eram 21 horas e 15 minutos.

Sr. Eng.º Zeinal Bava, seja bem-vindo à Comissão de Inquérito. Muito obrigado pela sua colaboração, no fim deste dia, que sei ter sido intenso para o Sr. Engenheiro, como também foi para nós, na Assembleia da República.

Como sabe, nesta Comissão de Inquérito o depoimento que é prestado pelos depoentes é, nos termos da lei, feito sob juramento.

Já perguntei ao Eng.º Zeinal Bava se pretendia fazer alguma intervenção inicial, o que declinou, razão pela qual vamos já avançar para as questões dos Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Queria começar por dar as boas-vindas ao Eng.º Zeinal Bava e agradecer a colaboração que presta a esta Comissão de Inquérito.

O objectivo principal desta Comissão é o de perceber como é que todo este processo foi desenvolvido. Já ouvimos aqui os outros dois principais operadores. Há algumas questões que lhe vou colocar que também foram colocadas aos outros operadores e que visam, tão só, confirmar algumas das coisas que já sabemos, mas faz parte das normas, dado o facto de se tratar de uma comissão de inquérito.

A primeira questão que lhe coloco tem a ver com as licenças UMTS.

Segundo os documentos a que acedemos, dos tais 1300 milhões de que se falava inicialmente, alguns em 2000/2001, que depois vieram a ficar em 931 milhões em 2007, desse montante a parte correspondente à TMN

são 532,208 milhões. Destes 532,208 milhões, foram validados pelo então comité de validação cerca de 12 milhões, mais propriamente 11,988 milhões, ou seja, feita a diferença, sobraram cerca de 520 milhões de euros para o montante afecto às contrapartidas.

A minha primeira pergunta é a seguinte: como é que foram quantificados estes 532 milhões de euros? Ou seja, inicialmente, aquando das propostas UMTS, estavam elencados projectos. Esses projectos estavam valorizados para se poder somar os montantes e chegar aos 532 ou não? Não estando valorizados, como é que foi apurado este montante?

Como referi, dos 532 milhões, sobraram 520 milhões, no protocolo que foi assinado em 5 de Junho de 2007. Desde montante, exactamente 50%, 260 110 054 €, foram afectos ao Programa e.escola. Pergunto-lhe também como é que foi estabelecido este montante. É que quando vamos analisar os montantes de cada um dos operadores verificamos que a regra foi sempre esta: chegar ali e dividir a meio. Pegámos no montante que ainda sobrava, não validado, e dividiu-se a meio, o que deu 50%.

Pergunto qual é o rigor com que se fixa um montante desta dimensão, de 260 milhões, para um programa que não era conhecido, nesta altura nem sequer ainda havia protocolos assinados — falava-se na sociedade de informação e no desenvolvimento de algumas iniciativas, mas não estava nada quantificado. Portanto, pergunto-lhe qual é o rigor deste montante e se lhe parece bem afectar um montante desta dimensão sem qualquer base de cálculo minimamente aceitável.

Nessa mesma data, em 5 de Junho de 2007, foi assinado um protocolo para a constituição do Fundo para a Sociedade da Informação. O que lhe pergunto também é o que aconteceu depois, porque estavam definidas uma série de datas para entrega dos montantes e os dois operadores que aqui estiveram disseram-nos que não chegaram a entregar montantes. Pergunto-lhe, pois, se confirma que, de facto, não foram

entregues montantes, ou seja, se não chegaram a capitalizar o Fundo e qual é a razão por que não foi cumprido aquilo que tinha sido assinado, com datas precisas, para a entrega dos montantes para o Fundo para a Sociedade da Informação.

Depois, entre 5 de Junho de 2007 e 11 de Setembro de 2008, quando é constituída a Fundação, foram assinados alguns protocolos, mas há que perceber qual foi o mecanismo que conduziu à constituição da Fundação. Pergunto-lhe — porque a TMN teve uma intervenção na constituição da Fundação, faz parte do conselho geral — se sabe onde é que é a sede da Fundação e também se confirma que a iniciativa de constituição da Fundação foi do Governo, através de uma carta do Secretário de Estado das Obras Públicas, de 10 de Dezembro de 2007.

Os outros dois operadores confirmaram que receberam essa carta. Admito que com a TMN também tenha acontecido o mesmo. Pedia-lhe essa confirmação.

Pergunto-lhe também se entre 5 de Junho de 2007, ou seja, entre a data da constituição do Fundo para a Sociedade da Informação, o tal Fundo que não teria personalidade jurídica, e 11 de Setembro de 2008, quando foi a constituição da Fundação, como é que todo este processo se passou. Por um lado, temos um Fundo sem personalidade jurídica e depois, mais tarde, temos uma Fundação. Temos um Fundo sem personalidade jurídica, mas tivemos um contrato assinado em 21 de Julho, o contrato e.escola, que define a entrega de um conjunto de equipamentos. Se entregaram computadores, como é que foram ressarcidos neste período entre o Fundo e a Fundação? É que se o Fundo não tem personalidade jurídica e se não teve movimentação financeira, como é que foram ressarcidos neste período entre o Fundo e a Fundação? Se é que foram ressarcidos.

Relativamente à Fundação, pergunto-lhe também, dado que faziam parte do conselho geral, se foi aprovado o plano e orçamento para 2009,

porque, de acordo com os estatutos, esse plano devia ser aprovado no início do ano, e também o plano e orçamento para 2010, já que, segundo informações que obtivemos, a Fundação funcionou com grande ligeireza, na medida em que estes processos terão sido discutidos tardiamente, por um lado, que as contas foram aprovadas tardiamente. O ex-Ministro das Obras Públicas chegou a dizer que íamos ter contas em Julho e só as tivemos em Novembro. Soubemos que houve alguma divergência na aprovação das contas. Gostávamos, pois, de saber o que é que se passou de facto com todo este processo e qual é a sua opinião sobre a forma como funcionava a Fundação, na medida em que um dos operadores disse aqui a forma de funcionamento desta Fundação não era adequada às regras exigíveis a uma entidade com estas características e que se estivéssemos perante uma empresa privada..., que, de facto, as coisas se passavam muito mal.

Mais tarde, avançamos para o Programa e.escolinha. Este programa tem um acordo de princípios assinado a 30 de Julho de 2008 — o tal célebre dia da propaganda, em que se realizou a apresentação, com pompa e circunstância, do computador — e só depois, em Abril de 2009, cerca de 10 meses depois, é que é assinado o protocolo que define as características do *Magalhães*. E o contrato para distribuição do *Magalhães* só é assinado a 26 de Maio de 2009. Pergunto-lhe: entre 30 de Julho de 2008, aquando da apresentação do *Magalhães* — em 11 de Setembro foi a constituição da Fundação e em 23 de Setembro a primeira distribuição massiva de computadores —, não havendo características assinadas — só vieram a ser assinadas em Abril de 2009 —, não havendo contrato assinado — só veio a ser assinado em Maio de 2009 —, como é que é feita uma distribuição de computadores sem que exista nenhum suporte para isso? Aliás, estamos à espera de saber o que é que o Tribunal de Contas vai dizer relativamente a este procedimento.

Pergunto-lhe, pois, como é que foi feita esta distribuição de computadores, quem é que definiu as características, como é que escolheram a JP Sá Couto, como é que procederam à aquisição, porque já chegámos à conclusão de que os três operadores compraram os computadores todos oriundos da JP Sá Couto — não se combinaram todos entre eles.

Uma outra questão que nos causa alguma estranheza é o facto de a TMN, ao contrário dos outros dois operadores, pagar à cabeça 11 milhões e meio de euros neste contrato e.escolinha. Porquê tanta generosidade com a Fundação?

Foi aqui referido que a Sonaecom pagou 100 000 €, a Vodafone pagou 250 000 € e a TMN aparece com 11 milhões e meio. De facto, é uma diferença significativa. Parece-nos generosidade a mais.

Já que estamos a falar do e.escolinha, também lhe pergunto qual é o balanço que faz relativamente às ligações estabelecidas. É que enquanto no Programa e.escola era obrigatória a ligação a banda larga, no Programa e.escolinha não era.

Têm sido aqui feitas referências de um número de ligações bastante reduzido. Gostávamos de saber, da parte da TMN, quantas é que se concretizaram de facto.

Ainda no âmbito das contas da Fundação e da relação da TMN com a Fundação, há questões que nos suscitam grande estranheza. Ao contrário dos outros dois operadores, a TMN é o único que, por contrato assinado, assume dar, em dinheiro, ao Fundo para a Sociedade da Informação, para o funcionamento do Fundo — é isso que está no contrato — 27 milhões de euros. Ou seja, do total das contrapartidas, os tais 220 milhões que referi aqui há pouco, assume dar, em dinheiro, 27 milhões ao Fundo. Depois, também no âmbito desses contratos, no contrato e.escola, o beneficiário pagava uma determinada verba por computador — o computador tinha

fixado um preço de 540 € e a diferença era paga pela Fundação. Até aí parece-nos adequado o processo. Em relação ao *Magalhães* passou-se a mesma coisa — a diferença era paga pela Fundação. O que já não nos parece tão evidente é o facto de estes contratos preverem que a TMN pagasse à Fundação. Para além de lhes devolver a verba que recebiam do beneficiário, ainda entregavam um determinado montante por computador: entregavam à Fundação 220 € por computador no caso do programa e.oportunidades; 380 € por computador no caso do programa e.professor; e 360 € ou 530 € no caso do Programa e.escola, de acordo com o nível de escalão da ADSE. Isto, multiplicado pelo total de computadores que consta dos documentos que nos foram enviados — a TMN terá distribuído cerca de 534 661 computadores até 4 de Setembro de 2009 — dá quase 190 milhões de euros que a TMN entregou, em dinheiro, à Fundação.

Temos aqui discutido se estamos perante dinheiros públicos ou não. Pode haver dúvidas se quando um operador investe o seu dinheiro na aquisição de equipamento para distribuir isso é dinheiro público ou não. Pode haver dúvidas quanto a isso, mas já não temos nenhuma dúvida de que quando o operador pega em dinheiro, em *cash*, das contrapartidas e entrega à Fundação aqui estaremos perante dinheiro que é público e que deveria ter sido utilizado pela Fundação como público.

Se somarmos estes 190 milhões de euros aos tais 11,5 milhões que indiquei há pouco que foi entregue, à cabeça, no Programa e.escolinha e aos 27 milhões do Fundo da Sociedade para a Informação isto dá 227 milhões de euros, em *cash*, de dinheiro público que não se tratou de equipamento, com o qual a TMN financiou a Fundação para as Comunicações Móveis.

Finalmente, quanto a contrapartidas, percebi também dos documentos que analisámos que a TMN ainda tem um saldo não utilizado de contrapartidas de 107 milhões de euros. Pedia-lhe que também

confirmasse este montante, porque ouvimos aqui hoje o ex-Ministro dizer que já não há mais contrapartidas, está tudo gasto, já foi tudo utilizado. Por isso, essa era até a razão pela qual o actual Governo ia lançar um concurso.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, esta é mesmo a última pergunta.

Também a dívida da Fundação, de acordo com os documentos, é de quase 94 milhões de euros, que ainda deve à TMN. Os documentos que recebemos da Fundação dizem que não devem nada, por isso também lhe perguntava o que nos tem a dizer quanto a isto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava** (Presidente do Conselho de Administração da TMN): — Muito boa noite a todos.

Vou tentar responder a todas as perguntas que me foram colocadas, mas se me esquecer de alguma informação tentarei, depois, complementar.

Começando pelo concurso UMTS, é do ano de 2000. Como é que foram definidas as contrapartidas ou, essencialmente, o investimento que a TMN se propunha fazer para ter acesso a essas licenças? Tipicamente, todos os operadores — não participei directamente no processo de licitação da TMN, porque entrei na Portugal Telecom em finais de 1999; não estava ligado à TMN, estava na PT Multimédia.

Mas, genericamente, esse tipo de processos passa por cada um de nós avaliar o que é o potencial do mercado em termos de clientes e de aumento de receitas.

Devem-se recordar com certeza que o período em que se falava da

3.^a geração coincidiu também com a «bolha» das bolsas em termos de *Internet*. Em vários outros países do mundo houve operadores que licitaram valores muito mais elevados. Só para terem uma noção, agora falando um pouco de memória, as licenças de UMTS na Europa chegaram a valer mais de 100 000 milhões de euros.

Por isso, foi um fenómeno que de alguma forma varreu o sector, justamente porque havia a ilusão de que pelo facto de as pessoas terem equipamentos terminais de 3.^a geração com mais largura de banda poderiam utilizar de uma forma mais maciça serviços de dados, que hoje todos nós usamos de uma forma natural, mas, há oito ou nove anos atrás, pensávamos todos que tínhamos descoberto a pólvora e o sector efectivamente acreditava — na altura, também muito empurrado pelos fornecedores do equipamento — que esse era o caminho do futuro. Então, na Europa vários operadores investiram valores enormes, penso que cerca de mais de 100 000 milhões, para obter essas licenças.

E o cálculo é muito simples: olhamos para o mercado, vemos o número de clientes que potencialmente vão utilizar esse serviço, qual é a nossa quota de mercado, qual é a receita que vamos ter, qual é, supostamente, a margem bruta que vamos ter e depois actualizamos. Depois de actualizado o valor, decidimos quanto é que estamos dispostos a investir para obter a licença. Por isso, não me chama a atenção o facto de todos nós termos avaliado de uma forma diferente o que poderia ser o mercado.

Uma empresa como a PT trabalha sempre para ser líder. Temos sempre a aspiração de sermos líderes em tudo o que fazemos, por isso não sei quais foram os pressupostos dos outros operadores, mas os nossos com certeza, na altura, apesar de não ter participado no trabalho, devem ter sido bastante mais ambiciosos e agressivos do ponto de vista do crescimento. Com certeza que isso explica por que é que a TMN avaliou esse espectro e

essa oportunidade, essa licença, em 530 milhões de euros e outras empresas a avaliaram por muito menos.

Além disso, cada empresa é responsável pela sua estratégia, pela sua ambição, pela sua aspiração, em parte condicionada pela capacidade financeira de cada uma. Graças a Deus, a Portugal Telecom tem tido sempre capacidade financeira para investir em projectos novos.

Penso que o acabei de dizer explica as diferenças de valores.

Segundo aspecto: esse valor ficou associado a projectos para a Sociedade da Informação.

Se fosse declarado o interesse público em relação a um determinado projecto, a TMN poderia levar uma parte desse dinheiro, ou todo esse dinheiro, se assim o entendesse, e aplicá-lo nessas iniciativas consideradas de interesse público.

O projecto e iniciativas foi considerado de interesse público e nesse contexto a TMN decidiu que devia, naturalmente, aplicar uma parte dos valores que tinha comprometido para a Sociedade da Informação a esse projecto.

Diga-se de passagem que é um projecto que, do nosso ponto de vista, também ia ao encontro daquilo que achávamos que podia ser necessário fazer no mercado português para alargarmos o chamado potencial do mercado.

Não podemos esquecer que, há uns anos atrás, havia barreiras estruturais para o crescimento da penetração de banda larga no nosso mercado. Essas barreiras eram as seguintes: a literacia digital era baixa, o preço do computador era muito alto e, naturalmente, isso capeava o número de potenciais clientes de banda larga que podíamos ter. E uma forma clara de atacar isso poderia ser através da massificação do acesso a computadores e da redução significativa dos preços.

Hoje, quando vamos comprar um computador, não nos

surpreendemos se o computador custar 250 € ou 300 €. Há três anos atrás, verificávamos que computadores custavam mais de 1000 € e, naturalmente, isso era uma barreira artificial para o crescimento do mercado. E esse projecto, uma vez que era de grande dimensão e de alguma forma incentivava a aquisição do computador a um preço competitivo no mercado, abriu, diria, fronteiras significativas.

É por isso que em Portugal, no ano 2007, o mercado de banda larga fixa cresceu, imagine-se, 100%, e no ano de 2008 cresceu 400%. Ou seja, 4 vezes mais. Isso tem muito a ver com o facto de hoje a literacia digital no nosso país ser muito maior e de hoje existir uma maior penetração dos PC nos lares e nas escolas, etc.

Por isso, a visão que partilhávamos era a mesma que foi muitas vezes veiculada pelo professor Nicholas Negroponte, fundador do MIT, que achava que para podermos efectivamente atingir o chamado *tipping point* em termos de penetração do PC e banda larga era necessário que os computadores tivessem preços competitivos. Ele até falava de um computador com um preço de 100 dólares. Aqui, por acaso, os computadores foram vendidos por 150 €, mas andámos lá bem perto. Aliás, numa conferência de imprensa eu até disse que o sonho do Negroponte tinha-se, de facto, realizado ao abrigo deste Programa e fruto também do engajamento que em especial a TMN teve.

Por isso, a alocação das verbas da TMN a este projecto tem a ver com o facto de ter sido demonstrado interesse público nesse projecto. E nós, de facto (tem razão, a matemática é muito simples), tínhamos 520 milhões de euros, alocámos 260 milhões para este projecto e os outros 260 foram alocados a muitos outros projectos, onde a TMN — já agora, aproveito para responder — já cumpriu todos os seus compromissos.

Então, na componente dos 260 milhões de euros que não está ligada ao e.iniciativas já cumprimos todas as nossas obrigações. Na parte do

e.iniciativas penso que ainda temos cerca de 14/15 milhões de euros por alocar. No contexto dos números que este programa teve para a TMN, estamos a falar de um valor que é praticamente de 5%, ou seja falta-nos apenas 5% do valor para dizer que o programa está efectivamente terminado.

Quanto ao Fundo, no dia 5 de Junho houve um acordo entre o Ministério e os operadores para fazer o Fundo e houve, depois, também acordos entre o Ministério e cada um dos operadores. De facto, foi no dia 5 de Junho.

Uma vez que falou nos 12 milhões que foram inicialmente validados pelo tal grupo de trabalho do UMTS, também chamo a atenção para o seguinte: depois, esse número foi revisto para 124 milhões, porque foi um processo. Ou seja, os operadores começaram a mandar informação ao grupo de trabalho e nós, depois, também mandámos mais informação e, ainda que num primeiro momento o valor validado fosse de 12 milhões, logo a seguir, ou imediatamente após termos disponibilizado mais informação, esse valor foi revisto para cerca de 124 milhões. O que compara — penso, se não estou em erro — com a Vodafone, com 97 milhões, e a Optimus, com 64 milhões. Ou seja, de alguma forma muito alinhado também com os compromissos de cada operador.

Nesse dia 5 de Junho — acho que foi por essa a data — assinámos o acordo com o Ministério para a constituição do tal Fundo e o tal acordo bilateral.

Em Dezembro de 2007, por proposta do Governo, surgiu a ideia da criação de um Fundo. E nós, naturalmente, se se achava que esse era o caminho, também não tivemos nada a objectar em relação a isso. Corrijo: queria dizer da Fundação. Inicialmente, começou por ser um Fundo e, depois, veio a proposta para fazer uma Fundação. Isso, para nós, foi tranquilo: como fazemos sempre, falámos com os nossos serviços jurídicos,

não nos pareceu uma proposta que não fizesse sentido e aceitámos com agrado fazer a tal Fundação.

Em relação à Fundação, demos 8 milhões para o seu património. Tinha sido combinado que entre os três operadores daríamos para o património da Fundação 25 milhões. Por isso, não são 8 milhões, era um pouco mais de 8 milhões, mas entre os três daríamos os tais 25 milhões. E nós demos, efectivamente, os tais 8 milhões...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Portanto, a constituição da Fundação não foi da vossa iniciativa.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Não, foi por proposta do governo. O nosso serviço jurídico não viu nenhum inconveniente, por isso também demos por boa essa sugestão e os três operadores constituíram a tal Fundação.

Em relação aos fluxos, que há bocado mencionou, não acompanhei todo o seu raciocínio. Não estou tão por dentro de todos os detalhes disso, mas genericamente funcionava assim: a TMN comprava o computador, penso que pagava 540 €, a Fundação pagava-nos os 540 €, e o aluno ou o professor pagava-nos 150 €, que dávamos à Fundação.

Quando o cliente era angariado, neste caso era o cidadão ou o professor, no e.oportunidades pagávamos um valor x por essa ligação e depois, durante a vida do contrato, íamos pagando também à Fundação.

Se hoje (tentei, hoje, fazer essa conta com a minha equipa) tentássemos analisar, em termos médios, quem pagou o quê, a Fundação pagou, em média, 55% e nós 45%. Ou seja, se pudesse sumarizar essas contas todas que me apresentou, se hoje fizesse as contas consolidadas, concluiria que acabou por ser quase uma relação de 55%, 45%. Para nós, os números foram esses.

Já recebemos da Fundação 143 milhões de euros, os quais incluem 23 milhões do Programa e.escolinha.

Em relação aos valores que ainda estão em dívida, são 96 milhões de euros — refiro-me a Janeiro. Penso que alguns dos números que têm sido aqui adiantados se referem a finais de Agosto ou a inícios de Setembro. Pelas nossas contas, o que ainda nos é devido são cerca de 96 milhões de euros. Naturalmente, isso depois passa por um processo de confirmação, de validação...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — De valor devido, qual é a parte relativa ao e.escolinha?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Penso que cerca de 89 milhões de euros é do e.escola e o remanescente, 7 milhões, é do e.escolinha. Deve ser mais ou menos isso.

Naturalmente, esses números estão a ser agora validados, porque temos um processo permanente de validação de números com a Fundação. Como digo, esses números serão refinados e validados com a Fundação, porque temos, pois, que garantir que os números «batem», nomeadamente em termos de números de aderentes e de não aderentes.

Relativamente ao Programa e.escolinha,...

O Sr. Presidente: — Sr. Eng.º, peço desculpa, intervenho só para evitar que voltemos atrás.

Ainda não respondeu a uma questão que lhe foi colocada, sobre se capitalizaram o Fundo.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Demos 8 milhões para o património da Fundação.

O Sr. Presidente: — Isso foi para a Fundação. E para o Fundo?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Para o Fundo não demos nada.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Não deram porquê?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Porque não fomos interpelados.

Em relação ao Programa e.escolinha, não me leve a mal, mas somos uma empresa cotada...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Peço desculpa, mas antes de passar ao Programa e.escolinha, tinha perguntado como é que foram ressarcidos enquanto não havia contratos.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — A partir do momento em que a Fundação foi constituída, fizemos encontros de contas com a Fundação. Agora, sinceramente, não lhe consigo detalhar todos os mecanismos financeiros. O que sei é que capitalizámos a Fundação com um património de 8 milhões de euros e a partir daí sempre fizemos encontros de contas, e eram feitos regularmente. Ou seja, nunca vimos nisso um problema, as equipas sempre trabalharam bem, por isso as coisas iam-se resolvendo.

Em relação ao Programa e.escolinha, cada um de nós pode ser generoso com o seu dinheiro, mas somos uma empresa cotada, por isso com certeza não somos generosos com o dinheiro dos nossos accionistas.

Em relação ao e.escolinha, o que aconteceu foi que fizemos a nossa própria avaliação da oportunidade.

Não podemos esquecer que o sucesso da TMN no Programa e.escola é materialmente diferente do dos outros operadores. Isso deveu-se

essencialmente ao facto de termos, efectivamente, contribuído mais. Porquê? Porque na licença UMTS tínhamos alocado mais dinheiro para projectos da Sociedade da Informação. Por isso, no caso do e.escolinha avaliámos o projecto de uma forma diferente dos outros, tendo nós assumido à cabeça maior risco do que eles.

Contudo, isto tem um contexto: é que no e.iniciativas atingimos uma quota de mercado de 70%. Efectivamente, a TMN conseguiu mobilizar a sua capacidade logística de distribuição para fazer este programa funcionar, programa este que, repito, vinha ao encontro da visão que tínhamos sobre o que tinha de ser feito para, de alguma forma, desenvolver a sociedade de informação em Portugal. Tendo sido definido o interesse público, para nós, pareceu correcto, legítimo, que essa podia ser uma boa direcção para, de alguma forma, investirmos os valores a nos que tínhamos comprometido.

Por isso, tínhamos, de facto, feito uma avaliação de que, no e.escolinha, também podíamos ter um papel, diria, diferente dos outros operadores, até porque, no Programa e.escola, e.oportunidades, estávamos a comandar uma quota de mercado de cerca de 70%. O que os outros iam pagar a mais por cliente nós assumimos risco o, à cabeça.

Aqui importa também chamar a atenção, só para contextualizar os valores, do seguinte: 11,5 milhões de euros é um pouco mais do que 2% do que nos comprometemos como contrapartidas para a sociedade da informação. Por isso, quando se olha para os 11,5 milhões, tem de se olhar para o contexto e também para um outro aspecto muito importante: nós, Portugal Telecom, acreditamos, efectivamente, que esses programas que estão a ser direccionados para alunos do 1.º ciclo são programas que, a médio e a longo prazos, vão ser positivos para nós próprios, Portugal Telecom. Por uma razão: porque são crianças que, no futuro, com certeza não vão esquecer que lhes foi habilitado um computador, um acesso à *Internet* por uma empresa chamada Portugal Telecom e um dia mais tarde

vão recordar-se e vão poder também, de alguma forma, não digo pagar mas criar à volta da nossa marca um atributo de simpatia que seja. Nós vamos sempre ao encontro de projectos que, consideramos, são estruturantes para o País e diria que também víamos este projecto nessa linha. Eram 2% dos valores totais a que nos tínhamos comprometido que se encaixavam perfeitamente nos nossos objectivos de sociedade de informação, tinha interesse público e, por isso, decidimos avançar.

Longe de nós poder dizer que isto seria algum tipo de generosidade, até porque, como disse, a empresa não é nossa, é dos accionistas.

Penso que respondi.

O Sr. Presidente: — Sr. Engenheiro, tenho apontadas mais duas questões.

Uma é a de saber quantas ligações a TMN conseguiu no Programa e.escolinha e a outra sobre o plano e orçamento da Fundação para 2009 e 2010.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Nós, no Programa e.escolinha, distribuámos 200 000 computadores. Desses 200 000 computadores, conseguimos uma penetração, nesta altura, de 2,5%, o que significa 5000 clientes que estão ligados ao abrigo daquele Programa.

Em relação à morada da Fundação, não sei qual é, lamento, mas não sei. É que eu não faço parte dos órgãos do Conselho Geral. Como sabe, o Conselho de Administração é constituído por pessoas que não são dos operadores. Não faço a mínima ideia qual é a morada. Com certeza que a minha colega que está no Conselho Geral saberá.

Quanto ao funcionamento da Fundação, penso que houve, em relação aos números e aos orçamentos, alguns atrasos aqui e acolá, mas penso que entre os operadores e a Fundação sempre se resolveram as diferenças que

existiam. Naturalmente que o funcionamento de uma PT seria materialmente diferente de uma fundação, mas, tendo dito isso, sempre se encontrou consenso, diria, entre os operadores e a Fundação para resolver quaisquer problemas que haja. Nunca percebi que esse fosse um tema absolutamente crítico para o nosso relacionamento e para esse Programa.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Sr. Presidente, uma questão que era importante clarificar é a do montante das contrapartidas ainda disponível. A referência aos 107 milhões de euros que fiz foi com base num acordo de encontro de contas assinado entre a Fundação e TMN em 31 de Dezembro de 2009.

Este documento que os senhores nos enviaram tem um quadro, no final, que diz que dos 260 milhões de euros de contrapartidas que foram afectados a este Programa e iniciativas já foram utilizados 152 milhões de euros e que o montante actual de contrapartidas disponível é de 107,351 milhões de euros.

Admito que não tenha dados aqui, mas gostava que depois nos confirmasse.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — O valor à data de...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Isto é de 31 de Dezembro. Não estou a falar da dívida.

O Eng.º Zeinal Bava: — O valor é de 14 milhões.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Confirma isso.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — O que temos disponível para este

Programa são 14 milhões.

Em relação aos outros 260 milhões, são 260 milhões mais 12...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Já está todo esgotado.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Esse já está. Acho que há uma auditoria que está a apurar os valores. Também consideramos que, em relação a esse, já cumprimos com as nossas responsabilidades.

O Sr. Presidente: — Resumindo: dos 532 milhões, faltam os tais 14 milhões.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — 14 milhões.

O Sr. Presidente: — Muito bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Zeinal Bava, começo por agradecer a sua presença para nos ajudar nesta Comissão de Inquérito.

Sr. Presidente, a instâncias do Sr. Deputado Jorge Costa, referiu que no princípio não estava dentro deste negócio, estava numa outra área de negócios da PT.

Quando o Sr. Deputado Jorge Costa o instou, referiu «bom, estamos aqui numa comissão, na sequência de uma licenças UMTS 2000, em que havia umas contrapartidas de 1,300 milhões, depois, em 2007, estas contrapartidas passaram para 930 milhões». É sempre a introdução que o Deputado Jorge Costa faz nesta Comissão, é um «número» a que já estamos habituados. Era só para clarificar...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — São os quesitos!

O Sr. Ramos Preto (PS): — Não há quesitos. Se calhar, o drama desta Comissão é o de não ter havido quesitos desde o princípio, porque se houvesse... Mas isto não são quesitos, são considerações suas.

Queria perguntar ao Sr. Eng.º, porque depois isto tem de ser demonstrado, as suas informações são o *quo deram demonstrandum*... Não sei se sabe — e faço esta pergunta porque o representante da Vodafone, Sr. Eng.º Coimbra, disse-nos que em 2003, como sabe (e isso sabe, de certeza) houve a revogação da licença da Oniway. Havia quatro operadores e a Oniway, por razões que aqui não interessa demonstrar, não estão aqui em causa, nomeadamente por questões do accionista EDP e de mercado na altura, pediu a revogação da sua licença, tendo ficado mais um bocadinho do espectro. Esse espectro foi redistribuído pelos restantes operadores — a TMN, a Vodafone e a Telecel na altura, hoje Sonaecom.

Queria perguntar-lhe se na altura...

O Sr. Presidente: — A Telecel é, hoje, a Vodafone.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Peço desculpa. Vodafone, Optimus, Sonaecom. Muito obrigado, Sr. Presidente. Sempre atento.

Não sei se conhece um pedido de esclarecimento que a Vodafone e a Sonaecom fizeram ao Sr. Ministro Carlos Tavares, na altura Ministro da Economia, que tinha esta tutela, no sentido de dizer «Sim, talvez possamos aceitar esta redistribuição do espectro, mas diga em que condições.»

E há um esclarecimento, que aqui nos foi referido pelo Sr. Eng.º António Coimbra, da Vodafone, do Sr. Ministro Carlos Tavares dizendo que «sim, há redistribuição, mas haverá responsabilidades para os outros

três operadores». Uma dessas responsabilidades é a de realizar os projectos para a sociedade da informação que já estavam contratualizados ou estavam validados pelo Grupo UMTS, que era o Portal do Cidadão, as Florestas e mais dois projectos — o Dr. Diogo Vasconcelos até propôs, e bem, em meu entender, mais um projecto na área da educação e outro na área do comércio electrónico — e o Sr. Ministro Carlos Tavares disse «Sim, se tiverem interessados, ficam com isto, mas vão fazer uma fundação, que se chama Fundação da Sociedade da Informação, e vão aportar a essa Fundação 25 milhões de euros».

O Sr. Deputado Jorge Costa perguntou quem lhes deu instruções para fazerem uma fundação e eu queria saber se esta informação que depois foi dada à Vodafone — e sabemos isso porque fomos informados pelo Eng.º António Coimbra, que também nos disse que à Sonaecom essa informação foi dada — , também foi dada à TMN e se era uma fundação que teria um património de 25 milhões, a constituir a instâncias do Estado.

Há pouco, a instâncias do Deputado Jorge Costa, V. Ex.^a disse «não dotamos o Fundo da Sociedade da Informação porque não fomos interpelados». Pergunto se alguma vez, em 2003, em 2004, em 2005, o Governo os interpelou para dotarem esses 25 milhões para a Fundação da Sociedade da Informação. Foi o que nos disse aqui o Sr. Eng.º António Coimbra.

Ou seja, pergunto se em 2003, em 2004 e em 2005 o mesmo Governo que vos distribuiu o espectro que tinha sido alocado à Oniway, os interpelou para fundarem a tal Fundação da Sociedade da Informação, não é Fundo mas Fundação, e se vos interpelou para fazerem a dotação do seu património e para realizarem essa Fundação. Isto porque me parece que só foram interpelados em 2007 para uma outra Fundação, que depois se chama Fundação das Comunicações Móveis. Gostava que isto ficasse aqui clarificado de uma vez por todas.

A segunda questão, questão, essa, que aqui se levantou, é a de saber se todas as «contrapartidas» — e digo contrapartidas entre comas porque já vimos que não são contrapartidas na acepção daquilo que são as contrapartidas no Direito português, no quadro da Comissão das Contrapartidas que existe em Portugal, são ofertas especiais, como o Sr. Eng.º, há pouco, bem explicou, que VV. Ex.^{as} entenderam promover no sentido de também rentabilizarem o vosso negócio e projectos para a massificação da sociedade da informação que fossem estabilizados pelo Governo.

A oposição, nesta Comissão, tem levantado a questão de que essas verbas, esses montantes, eram dinheiro público. Quando, pelo Comité de Validação, foram validados 133 milhões de euros, 124 milhões de euros vossos e os restantes pelas outras operadoras, pergunto se, em relação a esses montantes que foram realizados, os senhores consideraram que era dinheiro público ou dinheiro vosso. Porquê? Porque há um despacho de 2001 que diz que as operadoras realizarão estas ofertas especiais e estas obrigações por si próprias ou por entidades por elas criadas. É o despacho de 2001. Portanto, parece-me que são dinheiros vossos.

Se VV. Ex.^{as} não tivessem aderido a este projecto — e em boa hora o fizeram e louvo as operadoras por o terem feito! —, poderiam, durante 15 anos, nada vos obrigava — os vossos serviços jurídicos dizem-vos isso —, ter realizado e implementado as ofertas especiais por vós próprios ou por entidades pelas vossas empresas criadas, sem que fosse necessário concursos públicos, porque era dinheiro vosso e os senhores realizam-no como entenderem. Pergunto se estes 173 milhões de euros ou, no seu caso concreto, 124 milhões de euros fizeram algum concurso público para despender este dinheiro. Parece-me que não, mas gostava de ouvir a sua opinião, e se considera que era dinheiro público ou dinheiro vosso.

Quero também perguntar-lhe quando é que começou a fazer

contribuições para a Sociedade da Informação, se foi logo a partir de 2001 que começaram a gastar esse dinheiro, se foi em 2002, se foi em 2003 ou se só foi em 2007. Parece-me que não porque lhe validaram 173 milhões de euros já numa data mais avançada.

Quero também perguntar-lhe se sabe se para o Programa e.escola e e.escolinha, que aqui foi falado, a TMN comprou computadores sem que estivessem definidas as características técnicas mínimas exigidas para o Programa. Ou seja, uma coisa são os acordos... Levanta-se muito a questão «Fizeram um acordo e só assinaram passados uns meses.» O seu colega António Coimbra, um pouco na senda daquilo que respondeu, disse-nos «haveria a garantia do Estado. O Estado é pessoas de bem.» Quero perguntar se compraram a *trouxe-mouxe* ou se, primeiro, estavam definidas as características técnicas que vos permitiram depois entrar no comércio jurídico, digamos assim, e comprar esses computadores.

Respondeu aqui «A Fundação deve-nos tantos». Pergunto: é a Fundação ou é o Estado? É o Estado. O Estado participava com a acção social escolar (ASE), uma participação da ASE para as crianças carentes, aquelas crianças que não tinham...

(Aparte inaudível do Deputado do PSD Jorge Costa.)

O dinheiro da ANACOM, também sim, é parte... O Sr. Ministro Mário Lino já aqui disse que é parte do dinheiro.

(Aparte inaudível do Deputado do PSD Jorge Costa.)

Desculpe, Sr. Deputado, mas isso é uma questão técnico-jurídica. Isso é outra questão. Quem está a interpelar o Sr. Eng.º sou eu e ponho as perguntas que entender, não as perguntas que VV. Ex.^{as} quiserem. Sr.

Presidente, peço para relevar este tempo. VV. Ex.^{as} terão o vosso tempo para colocar as vossas questões.

O Sr. **Presidente**: — O fim do tempo está a vista de todos. De V. Ex.^a também.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostava que me dessem a mesma tolerância como ao Dr. Jorge Costa... Também não exagerei.

A questão que lhe ponho é a de saber se a Fundação é que pagava, porque penso que esta nunca pagou nada. Esses 25 milhões de euros são para outra realidade. A Fundação monitoriza e transfere para VV. Ex.^{as} o dinheiro que corresponde à participação do Estado na acção social escolar, para aquelas crianças carentes, que não têm possibilidade de pagar.

Queria que me esclarecesse se está de acordo.

Já sabemos que a primeira vez que o Governo este País vos propôs a constituição de uma Fundação foi só em 2007, embora o Estado vos tivesse distribuído o espectro ou vos tivesse obrigado a contribuir com 25 milhões para a realização dessa Fundação, desde 2003 até 2007. Esse dinheiro esteve no vosso lado. Não foi utilizado para aqueles fins que deveria ter sido utilizado. Não sei se é assim se não é.

Já sabemos que não dotaram o fundo da sociedade da informação. O Sr. Ministro Mário Lino disse-nos que isso não foi possível porque entretanto tinham criado uma entidade gestora para estudar a forma jurídica e técnica mais correcta desse fundo e a fórmula que encontraram foi a da Fundação, que os senhores aceitaram, aliás, por carta conjunta — isso já está provado aqui, na Comissão — de Março de 2008, aceitaram os estatutos da Fundação e, por último, pergunto-lhe de quem é a responsabilidade pela aquisição dos computadores e do software. Se é das

operadoras ou não, ou se é do Estado, mas como nos tempos dos contratos os senhores responsabilizaram-se ou não pela aquisição dos computadores e do software.

Por último, qual foi a base em que os operadores compraram os computadores, ou seja, se me confirma que as operadoras respeitaram as características técnicas mínimas e o preço máximo definidos nos contratos celebrados pelo Estado e no quadro desse grande programa em que se engajaram e bem, digamos, desenvolveram esta operação.

Tenho mais perguntas, mas deixo para uma segunda parte.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ramos Preto, em relação ao Oniway, penso que a parte relevante para nós é que efectivamente os três operadores concordaram em pagar 25 milhões de euros por aquele espectro, a parte na altura que mais me interessou foi uma coisa que deixou claro que a partir daquele momento estavam sanadas todas e quaisquer dívidas relativas a esse espectro e, por isso, se existia qualquer outro tema à volta das contrapartidas da Oniway, não se aplicaria com certeza à compra do espectro que estava sendo feito. Naquela parte preocupava-me só naturalmente a Portugal Telecom e por isso a existir qualquer coisa a ver com isso tinha que ser naturalmente visto com os accionistas da Oniway.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Isso em Junho de 2007?

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Não, isto é anterior. Eu penso que isto é muito anterior. Eu acho que até é mais ou menos em 2003.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Em 2003 é a distribuição, mas depois ficou a dúvida se com o pagamento dos 25 milhões de euros ficavam sanadas as contrapartidas. Isso só veio a ser esclarecido em 2007.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não, não! Esse é que é o seu engano.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Eu julgo que estou a tentar influenciar a resposta do Eng.º Zeinal Bava, mas não sei se vou conseguir. Aliás, há um despacho do Governo. É o Despacho n.º 14 147/2007, do Governo que diz isto que o Sr. Eng.º acabou de dizer, que estão sanadas as contrapartidas.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Há um despacho, efectivamente, do Sr. Ministro da Economia, Carlos Tavares, que distribui o espectro. Eu também o tenho aqui, está na comissão. Isso é a prova documental. Não vale a pena termos aqui os dois. Depois a Sonaecom e a Vodafone — eu estava a perguntar ao Sr. Eng.º se a TMN também se tinha preocupado com isso — mas sei que as duas outras operadoras se preocuparam. Pediram esclarecimento ao Governo e o Sr. Ministro Carlos Tavares faz um esclarecimento à Sonaecom e à Vodafone, pelo menos, porque esses dois já confessaram aqui, pelo menos o Eng.º António Coimbra confessou aqui. O Sr. Presidente leu o documento que estava a ser lido aí pelo Sr. Eng.º António Coimbra. Eu até disse: «ora aqui está o pai da Fundação» e o Sr. Presidente disse: «o pai não. É a mãe». Portanto, a carta deve estar assinada por uma senhora, para me dizer que é a «mãe»...

O Sr. **Presidente**: — Nos dias que correm não é muito seguro, mas parece que seja a mãe.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — A carta é do gabinete do Sr. Ministro Carlos Tavares. Portanto, é de 2003. Sr. Presidente, peço imensa desculpa

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Eu penso que isto é de 2003 e a parte que naturalmente nos interessou foi essencialmente ver garantido que as dívidas estavam sanadas e que, uma vez que a Oniway tinha declarado contrapartidas, que isso não viesse para cima da Portugal Telecom e se havia temas a resolver tinham de ser resolvidos com accionistas da Oniway, porque aquele espectro nunca valeria os 25 + 465 milhões de euros. Mas penso que foi no ano de 2003.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É para clarificar aqui as coisas com o Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, se me permite, só para ficar em acta, o despacho é o 15.475, de 2007, conjunto dos Ministros das Obras Públicas, de Estado e das Finanças, publicado na II série do *Diário da República*, em 18 de Julho de 2007. É este o despacho a que eu me referia. Depois oportunamente podemos analisar aqui em comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — E por isso se nessa altura preconizava-se fazer uma Fundação, eu por acaso soube ontem, porque ontem me «drifaram» sobre umas declarações que tinham sido feitas. Eu não tinha conhecimento, mas foi-me dado a conhecer que o projecto de fazer uma Fundação já vinha dessa altura.

Já agora, na proposta da UMTS da TMN, por acaso fui verificar hoje, nós (TMN) não tínhamos contemplado a criação de nenhuma

Fundação. No nosso caso, a única referência que havia era que nós podíamos eventualmente exercer essas contrapartidas através de terceiras entidades, mas nunca especificando o que é que isso poderia ser.

Na nossa proposta não tínhamos a hipótese de fazer essa Fundação, pelo que me transmitiram, é que efectivamente isso já vinha de trás, mas eu não tinha conhecimento. O que eu tinha conhecimento e que tentei garantir, porque isto tem implicações nas contas da Portugal Telecom, é que o nosso compromisso não ia para lá de 1/3 dos 25 milhões de euros e aquelas contrapartidas da Oniway seriam no limite de responsabilidade de uma terceira entidade qualquer, mas com certeza não podia ser nossa.

Em relação à Oniway também chamo a atenção que a TMN foi o único operador — há bocado, quando se falava que a TMN abraça alguns desses projectos com ambição e com agressividade — nós somos o único operador no mercado português que viabilizou a Oniway, através de um contrato de roaming, aliás, os outros dois operadores recusaram fazer contratos de roaming com a Oniway. Nós somos os únicos que acedemos em fazer esse contrato, independentemente de hoje eles terem revogado a licença, mas de qualquer maneira acho que é importante salientar esse aspecto.

Se em 2003, 2004, 2005 fomos interpelados para investir na Fundação, que eu tenha conhecimento, não!

Em relação às ofertas especiais, etc., o UMTS era para ter sido lançado comercialmente em 2001, mas houve atrasos tecnológicos, que todos conhecemos e que levou com que o lançamento comercial só acontecesse em 2004. Penso que foi em Setembro de 2004. Por isso, quando nós apresentamos ao grupo de trabalho do UMTS que já tínhamos cumprido cerca de 124 milhões de euros em contrapartidas, que foram desde lançamento comercial do UMTS até que esse grupo de trabalho foi constituído, possivelmente em finais de 2006.

Esses valores foram utilizados por nós para promover a terceira geração, para investir na rede e para fazer ainda mais investimentos na rede, subsidiando cada vez mais os equipamentos para tornar estes mais baratos, para que pudessem ser mais acessíveis às pessoas e as pessoas pudessem aderir em massa à sociedade da informação.

Por isso, foi já a partir do lançamento comercial do UMTS é que nós começamos a cumprir algumas dessas contrapartidas.

Para nós é muito importante, ou no caso e iniciativas , foi muito importante ter sido declarado o interesse público desse Programa, para que nós pudséssemos também continuar a investir ao abrigo daquilo que são as contrapartidas.

Em relação a dinheiros públicos, como sabe, ultimamente tem havido alguma confusão sobre se a PT é empresa pública ou privada. Penso que já disse várias vezes, numa outra comissão, nós somos uma empresa privada todos os dias do ano e por isso lamento não saber, sou um engenheiro, essa história dos dinheiros públicos ou não. Quanto a concursos públicos, somos uma empresa privada e temos regras internas de compras de equipamentos no mercado que têm de ser cumpridas. A partir do momento em que existe um requisito técnico como a definição do preço máximo, a nossa área de compras consulta o mercado e verifica quais são as melhores oportunidades e de uma forma completamente independente de qualquer executivo da casa, ou seja, nós temos regras internas de controlo que, do nosso ponto de vista, são das mais avançadas e também replicadas por vários outros operadores do nosso sector. Por isso, nós não estamos ao abrigo de nada disto. Nós o que temos são regras internas de controlo e de compras e que temos de fazer e neste caso em particular, penso que foi uma das perguntas, o Governo definiu duas coisas, que eram os requisitos técnicos e o preço máximo e foi com base nisso que consultámos o mercado e fomos buscar a melhor oferta possível no mercado e

trabalhámos com várias empresas no Programa e.escola e oportunidades e trabalhámos com muitas empresas, incluindo com uma empresa portuguesa, que é a Insys, que nós queríamos ter um fornecedor local, já no Programa e.escola porque achamos que faz parte do nosso DNA promover empresas portuguesas e coisas que fazemos em Portugal e bem e nós de facto apostámos muito nos computadores dessa empresa Insys, com uma particularidade adicional, que foi: incluímos o software aberto, o Linux, que do nosso ponto de vista, diferenciou a nossa oferta de outras ofertas que nós próprios tínhamos, dando aqui a oportunidade para uma empresa portuguesa se posicionar também neste mercado e também para criar aqui alguma cultura de software aberto, que está muito na linha daquilo que é o pensamento estratégico que a Portugal Telecom tem sobre tudo isto.

Em relação à Fundação, para nós ela constituía risco do Estado. Eu, não sendo advogado, não consigo precisar os termos mas quando nós tínhamos dívidas da Fundação, para nós a Fundação é equiparada a dívida do Estado e sendo o Estado, nós trabalhamos com ele em boa fé e por isso não temos necessariamente que ter todos os aspectos validadíssimos até à última cláusula porque somos pessoas de bem, somos três operadores neste mercado. Temos o Estado, eram muitas reuniões, foi um trabalho de equipa e por isso sempre abordamos o tema em boa fé e fomos fazendo sempre o projecto naquele âmbito, tendo definido as características técnicas, o Estado definiu-as e nós executámos e em relação à Fundação, para nós o risco final é o risco do Estado. Qualquer dívida que a Fundação teve connosco era equiparada a uma dívida da República.

Penso que respondi a todas as suas perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º

Zeinal Bava, cumprimento-o e agradeço-lhe desde já alguns esclarecimentos importantes para a nossa comissão.

Eu permitia-me começar por tentar esclarecer uma dúvida que é — nós temos de chegar a conclusões — se refere um pouco a esta última parte da sua intervenção, ou seja, prende-se com saber se estamos ou não perante dinheiro público, logo dinheiro que tem de ser gasto através de concurso público, através das regras da contratação pública, com transparência e com o rigor que, citando o que disse ontem a Sr.^a Ex-Ministra da Educação, qualquer governante de boa-fé, ou não, deve exercer.

Percebemos todos que os 25 milhões de euros para a criação do fundo para a sociedade de informação não foram capitalizados, embora o presidente tenha dito que havia despesas correntes, mas, porventura, vamos «dar de barato» que tenha sido dinheiro da ANACOM. Soubemos até que, neste caso, a PT não foi sequer instada a capitalizar, a não ser na constituição da Fundação para as Comunicações Móveis. O Governo assumiu que os 25 milhões de euros eram, de facto, dinheiro público e que sobre esse há auditorias a fazer. Já não assume da mesma maneira, está claro, o restante, que, na opinião da bancada do PS, refere-se a ofertas especiais.

Olhando para o relatório e contas da PT, que são públicas, gostava de saber porque é que, sendo ofertas especiais, nas contas são referidos «os compromissos assumidos pela TMN no âmbito da licença de UMTS e baseado no acordo celebrado com o Governo português...». Portanto, não são ofertas especiais, há um acordo com o governo português que pressupunha um valor. Se somar estes valores todos vai dar exactamente os valores que acabou por explicar, portanto, são verdadeiros. Em 2007, também temos todos os valores descritos por V. Ex.^a E, depois, é dito que o montante relacionado com as e.iniciativas — nem sequer é o e.escolinhas — foi reconhecido como um custo da licença em 2007 pelo respectivo

valor presente. Portanto, é um custo.

Se o concurso das licenças foi um concurso público, isto quer dizer que as obrigações daí decorrentes, seja em dinheiro, seja em projectos ou no que quer que seja, na nossa opinião — gostaria de saber qual é a opinião de V. Ex.^a —, são dinheiro devido ao Estado. Como agora acabou de dizer, a Fundação é Estado, o dinheiro anda entre a Fundação e as operadoras...

Aparte inaudível.

Estou apenas a fazer perguntas! Permita-me remeter-lhe o que me dizia há bocado, com alguma razão: eu faço perguntas; o senhor ouve e responde.

Gostava de perguntar-lhe também se as ofertas que a PT faz, dentro de uma lógica, que eu queria saudar, de levar o *Magalhães* — ele já lá chegou! Pelo menos, o navegador chegou mais cedo — à Namíbia, ao Brasil e a Moçambique, portanto, se os valores destes computadores, também se enquadram, de alguma maneira, num dos programas ou numa das contrapartidas e se estão validados ou se são mera oferta da PT para também ajudar o Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Primeiro-Ministro fez isso na Venezuela e vejo que a PT faz na Namíbia, no Brasil e em Moçambique.

Gostava, portanto, de saber se isso são contrapartidas, se estão validadas ou não e, não estando validadas...

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Tão ingénuo!

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Estou a tentar saber para poder ver se no valor do e.escolinhas estão ou não incluídos estes computadores. Portanto, são perguntas perfeitamente razoáveis.

Este processo idealizado pelo Governo, tal como a Fundação — está

nos contratos que o Governo quer assumir o controlo da Fundação. Como disse, e bem, o Governo é subsidiário, ou seja, actua nas falhas da Fundação e, portanto, aí também não há dúvidas nenhuma. Disse que não sabia, mas a Fundação funciona em instalações do Ministério das Obras Públicas e, portanto, o Governo controla a Fundação —, todo este modelo, foi idealizado numa *task force*, a qual inclui o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e o Ministério das Obras Públicas, que idealizaram as especificações do *Magalhães*.

A minha primeira pergunta é no sentido de saber se, de alguma forma, uma vez que a PT faz parte da Fundação (não V. Ex.^a, mas alguém faz parte da Fundação), foram sendo avisados deste processo de criação deste produto, dos computadores *Magalhães* com as respectivas especificações, e, se o não foram, em que dia vos foram distribuídas as especificações para que, depois, pudessem procurar no mercado o respectivo computador *Magalhães*.

O Sr. Eng.º confirmou aqui e atestou — e, por isso, eu disse que essa foi uma boa informação que nos trouxe —, ao contrário do que disse o Ex-Ministro das Obras Públicas, que afirmou que a Fundação foi uma ideia das operadoras, que apenas aceitaram a proposta do Governo nessa matéria, no entanto, não fiquei totalmente satisfeito e gostava que respondesse a uma questão.

Tratando-se aqui de muito dinheiro — aliás, como V. Ex.^a dizia, a PT é uma empresa privada todos os dias, todos os dias pressupõe satisfazer os seus accionistas e dar lucro —, a PT não aplica nenhuma das suas verbas de forma displicente, portanto, tem dinheiros a haver, como já reconheceu, da Fundação.

Gostava que me dissesse como é que classifica o funcionamento de uma Fundação que não aprova planos, não aprova relatórios, que ainda não aprovou o relatório e plano de 2010. Pelo menos, o representante da

Vodafone assumiu aqui que, «para ser simpático», estava muito longe de qualquer critério da boa gestão. E até disse que se absteve nas contas da Fundação, demonstrando algum desagrado pela falta de clareza da Fundação. Gostava de saber se a PT tem nessa matéria alguma reserva, qual a avaliação que faz do funcionamento dessa Fundação.

Já agora, também lhe pergunto por que é que a operadora — fiz a mesma pergunta às outras operadoras — optou por deixar o Estado controlar esta Fundação sem que tivesse uma participação mais efectiva. Há, inclusivamente, notícia — não sei se a PT o confirma ou não — que no relatório já aprovado, de 2008-2009, havia diferenças de valores e que tiveram de ser supridas dívidas da parte do Estado para que as operadoras pudessem aprovar o primeiro relatório de contas.

Gostaria de passar a outra das nossas dúvidas, que é saber se a compra dos *Magalhães* devia ter sido feita através de concurso público ou não, se a escolha e indicação de uma empresa portuguesa, com todo o mérito que isso tenha, foi feita de acordo com a transparência.

O Sr. Ex-Ministro disse que não há nenhum documento, nenhum contrato, nenhum acordo que especifique que compete à Fundação ou ao Ministério das Obras Públicas a escolha de qualquer computador, que isso é da única responsabilidade das operadoras. Portanto, as operadoras é que escolheram, no e.escolas, os computadores e, no e.escolinhas, o *Magalhães*. Quanto a isso também já não há dúvidas. Resta perguntar se no Programa e.escolinhas a PT tem outro computador que não seja o *Magalhães*. Sr. Eng.º, gostava de saber se teve alguma participação nessa escolha.

De facto, às vezes pode parecer que somos teimosos ou que temos algo na manga, mas não temos nada na manga, só queremos perceber como é que, se apenas a 11 de Setembro de 2008 foi criada a Fundação, e alguns dias depois — na opinião da Vodafone, não ainda da PT — chegaram as

especificações, muito antes, em Julho, já existia no Pavilhão Atlântico um computador *Magalhães* com as tais especificações que ninguém sabia ainda quais eram. Se recuarmos a 24 ou a 26 de Setembro, no Norte, a Intel e a J.P. Sá Couto já diziam «vamos ter uma fábrica para construir o computador *Magalhães*, que vai fornecer o Programa e.escolas do Governo». Alguns dias depois, em Setembro, foram entregues os primeiros 3000 computadores. Agora percebo por que é que a PT comprou tantos *Magalhães*, porque quem consegue fazer tantos computadores em tão curto espaço de tempo!... De facto, deve ter sido um critério... Isso gostávamos de perceber.

Por isso é importante saber quando é que a PT teve conhecimento da licença — se teve conhecimento antes ou se teve apenas conhecimento no dia 30 de Julho — e como é que fez a escolha. Os representantes da Vodafone e da Sonaecom disseram-nos que assim que receberam as especificações quiseram não ficar para trás, procuraram no mercado e só encontraram um fornecedor capaz de satisfazer essa escolha, que foi o computador da JP Sá Couto. Pergunto-lhe se a PT teve as mesmas dificuldades ou se, porventura, encontrou outros fornecedores capazes de produzir esse computador. Esta é uma dúvida que temos.

Também gostava de saber se as operadoras pagaram, ou não, entre 20 a 25% da operação *Magalhães*. Percebemos que a PT aqui está com valores bastante diferentes das outras operadoras, uma vez que as outras operadoras consideram o e.escolinha e as ligações à *Internet*, que não eram obrigatórias no computador *Magalhães*, aquém das expectativas. Gostava de saber se a avaliação que a PT faz está dentro das expectativas ou se também está fora das expectativas.

Já agora, pergunto-lhe também qual a avaliação que faz do modelo e.escolas e do modelo e.escolinhas e qual destes acha que devia ser o modelo escolhido.

Gostava de fazer-lhe uma pergunta opinativa, pois as perguntas mais técnicas já foram feitas. Encontra alguma explicação, até porque a PT está um pouco envolvida, como já disse, também neste programa do *Magalhães*...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que tenha atenção ao tempo.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Termino já, Sr. Presidente.

Agora, a entrega dos computadores *Magalhães* parou, uma vez que o Governo mudou de estratégia. Agora, sim, vai fazer um concurso público para os 250 000 computadores. Há até alunos à espera de computadores *Magalhães*, uma vez que estamos à espera do concurso. Diz a bancada do PS que não há dinheiro.

Volto a referir este aspecto, a que já respondeu, para tirar a dúvida ao Sr. Deputado do PS. Estão esgotadas as verbas dos programas das contrapartidas da PT mas, como outras operadoras disseram, ainda há valores por acreditar, ainda há valores gastos e ainda há dívidas, como acabou de dizer, da Fundação para a PT.

Sr. Presidente, termino a minha intervenção com estas dúvidas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hélder Amaral, vou começar por responder à última pergunta que colocou, pois diz respeito a números e, portanto, a resposta é objectiva.

Como eu disse há bocado, temos ainda 14 milhões de euros por gastar no programa e iniciativas e a dívida da Fundação é de 96 milhões de euros. São dois números que eu já tinha dito mas que repito.

Em relação à transparência e rigor, naturalmente que isso se aplica a tudo o que se faz, nomeadamente na área das compras. Por isso, na área das compras a PT tem processos que, como já expliquei, são dos mais avançados no mundo na forma como aborda o mercado e como compra. Hoje, por alto, quase todas as compras que a PT faz, quer de serviços quer de investimentos, passam pela nossa área de compras. Temos também uma área de compras no Brasil, trabalhamos também activamente com a Telefónica, especialmente no caso brasileiro. Por isso, eu diria que temos uma forma de trabalhar bastante apurada.

As contrapartidas que tínhamos para este projecto eram uma responsabilidade nossa, assumida aquando da atribuição da licença. O dinheiro era nosso, do operador.

Não sei o que são ofertas especiais, ou não são. Para mim, se estamos a vender banda larga móvel a 22,5 € no mercado e se ao abrigo do Programa e iniciativas, por exemplo, vendemos por 15 €, talvez isso seja uma oferta especial. Mas a diferença, para mim, é essencialmente uma contrapartida que estamos a fazer para o projecto sociedade de informação. Repito o que disse: foi considerado de interesse público este projecto; este projecto permitiu, do nosso ponto de vista, dar um salto qualitativo na penetração, em Portugal, de PC, da banda larga fixa e da banda larga móvel. Não podemos esquecer que, hoje, Portugal é o terceiro país de maior penetração de banda larga móvel na Europa.

Portanto, naturalmente, nesse aspecto, achámos que, tendo sido determinado o interesse público desse projecto, este era um projecto onde estávamos dispostos a alocar uma parte importante das contrapartidas que tínhamos assumido. Por isso, o dinheiro era nosso, leia-se dos nossos accionistas, e estava comprometido ao abrigo da proposta que fizemos para ter acesso a uma licença de UMTS.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Eng.º, gostava, então, que precisasse esse ponto. A PT considera algum valor como pagamento pela licença UMTS? E qual o valor?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Sr. Deputado, pagámos 100 milhões de euros para ter acesso à licença. O modelo de licenciamento de UMTS em Portugal foi diferente. Como sabe, houve países que tentaram maximizar desde logo o encaixe; outros países, como é o caso português, definiram valores mais baixos e, depois, exigiram por parte dos operadores contrapartidas.

Por isso, *net, net*, se reparar, é o somatório dos dois, mas uma parte foi entregue em dinheiro e a outra parte foi assumida como responsabilidade dos operadores.

O Sr. Presidente: — Sr. Eng.º, só para precisar este ponto, que é importante — e vou tentar utilizar um termo absolutamente neutro —, esta responsabilidade da TMN no valor de 532 milhões de euros estava fixada em contrato, ou não?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Estava na nossa proposta que foi submetida, mas não havia um contrato, dá-me ideia.

O Sr. Presidente: — Mas, depois, ficou fixada no contrato final? Isso é a proposta no concurso mas, depois...

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Não sei dizer-lhe. O que sei dizer-lhe é que, na nossa proposta, assumimos essa responsabilidade de tal maneira que a mesma foi, depois, reflectida como responsabilidade nas nossas contas.

O Sr. **Presidente**: — Claro. Era para saber se estava traduzida, depois, no contrato final, após a atribuição...

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Não lhe sei precisar, mas, independentemente desse aspecto, diria que reconhecemos essa obrigação no nosso balanço. E, a partir do momento em que reconhecemos essa obrigação, temos, depois, de honrar isso com projectos.

E, repito: havia valores que eram para desenvolver a rede (não esquecer que o UMTS era WCDMA e, entretanto, já há o HSDPA, HSDPA+, já estamos no LTE. Então, uma parte era justamente para continuar a investir no *upgrade* da rede e a outra naturalmente tem a ver com subsidiação de equipamentos e a outra foi efectivamente alocada a este projecto.

Em relação aos computadores *Magalhães* que levámos para vários países, pode ficar tranquilo que não fazem parte das contrapartidas...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Estou sempre tranquilo. E quantos mais levar, mais tranquilo fico.

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Não teve nada a ver com as contrapartidas; teve, acima de tudo, a ver com aquilo a que nós chamamos de diplomacia económica. A Portugal Telecom (PT) definiu um projecto de internacionalização muito agressivo. Nós temos dois objectivos estratégicos — 100 milhões de clientes e dois terços de negócios fora de Portugal — e acreditamos que a internacionalização da PT pode potenciar também a internacionalização de outras empresas portuguesas. E naquilo que depender da PT, vamos com certeza apoiar empresas portuguesas para que, juntamente connosco, possam internacionalizar e, através disso,

diversificar a sua exposição de negócio e, através disso, reduzir o risco financeiro e o risco de execução.

Para além disso, em todos os países onde estamos presentes, assumimos os valores de cidadania locais como sendo nossos. Por isso, temos sempre duas aproximações: em primeiro lugar, mandamos poucos expatriados e formamos tipicamente pessoas locais para tomar conta dos negócios, ou seja, tentamos contribuir directamente para a formação de pessoas locais em cada um dos países onde estamos para que seja uma das mais-valias que a PT traz e que a diferencia de outros operadores; e, em segundo lugar, assumimos os valores de cidadania de cada país como sendo os nossos.

Por isso, fizemos, de facto, programas de âmbito social na Namíbia, no Brasil, em Moçambique — e, em Moçambique, em particular, deu-me algum prazer, porque nasci em Moçambique. Por isso, tivemos o maior gosto em poder ajudar crianças nesses países que não têm acesso a computador, nem à Internet, para poderem ter acesso a computador e a Internet. Foi pago pelas nossas empresas e levámos, isso sim, uma exportação portuguesa, ou um computador feito em Portugal, que podia eventualmente potenciar as exportações no nosso País. Por isso, foi, se quiser, um contributo, ainda que seja pequeno (porque foram muito poucos computadores), da PT para tentar promover tecnologia portuguesa — e, como há pouco referi, fomos o único operador dos três que incluiu na sua oferta a Insys, que é um produtor de computadores locais, que faz agregação de equipamentos locais, justamente para, mais uma vez, no Programa e.escola, a PT poder apoiar empresas portuguesas a criarem escala num mercado que é extremamente competitivo.

Por isso, se depender de nós, faremos muito mais projectos no futuro nos países onde estamos presentes, a promover tecnologia e outras coisas portuguesas. Dou um exemplo: nós temos um prémio literário no Brasil,

que é muito conhecido e prestigiado, foi um evento que fizemos no final do ano passado, e fizemos questão de os vinhos servidos nesse evento serem todos portugueses. E também posso dizer-lhe que não os alocámos às contrapartidas do UMTS.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E presumo que tenha levado várias marcas.

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Por acaso, agora que me pergunta, disso não me lembro. Mas levámos vinho português, quisemos levar justamente para, de alguma forma,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Só que se quisesse levar outros computadores também não tinha; só tinha os *Magalhães* para levar.

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Também já vou responder a essa pergunta.

Em relação às especificações, não lhe consigo precisar se as especificações são definidas num determinado momento, ou se é um trabalho em contínuo. As especificações foram definidas pelo Governo, pelo Estado, bem como o preço máximo. Estou em crer que as equipas que trabalham esse projecto de perto possam ter acompanhado a definição dessas especificações técnicas...

(Aparte do Deputado do CDS-PP Hélder Amaral inaudível na gravação).

Pode ser. O que digo é que nós não definimos as especificações técnicas. São-nos dadas especificações técnicas, incluindo o preço máximo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E quando? Tem ideia de quando é que as recebeu?

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Não sei precisar. O que sei é que, uma vez definidas as especificações técnicas, entregamos isso à nossa área de compras, com a definição do preço máximo. E por que é que é muito importante definir o preço máximo? Porque, como deve imaginar, quanto mais baixo o preço, mais computadores, e quanto mais alto o preço, menos computadores. Por isso, essa é claramente uma variável muito importante para a aquisição de computadores.

A escolha dos computadores, as marcas dos computadores que faziam parte da nossa oferta — se era Dell, HP, Sony, Fujitsu Siemens — foi uma decisão da nossa área de compras. Essa foi naturalmente a que tinha os melhores preços no mercado. As especificações técnicas e o preço máximo que estávamos dispostos a pagar foram definidos pelo Estado.

Em relação à Fundação, já disse que, na nossa proposta do UMTS, não tínhamos como proposta fazer a Fundação — por acaso nós (e acho que isso foi dito aqui) éramos o único operador que não tinha isso contemplado (nem para o bem nem para o mal, não fazia parte da nossa proposta).

Ainda em relação á Fundação, não me leve a mal mas não vou fazer comentários sobre o funcionamento de uma fundação que foi feita pelos três operadores e que tem os seus fóruns de funcionamento. Por isso, bem ou mal, é o que é. O que sei é que sempre resolveram os problemas e os operadores sempre encontraram formas de resolver as suas questões internamente. Acho que não seria de bom-tom eu comentar aqui esse aspecto e, como já referi anteriormente, não vou fazê-lo. Há certas coisas que têm de ser tratadas no fórum adequado. Por isso, o que importa aqui

dizer é que os temas formam sempre resolvidos. Se aquilo funcionava melhor ou pior, penso que fica ao juízo de cada um e não me peça para utilizar...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Respeito. Quero apenas lembrar-lhe que isto é uma comissão de inquérito da Assembleia da República que tem como obrigação a fiscalização da acção do Governo. E isto quando o Governo tem três membros nomeados na Fundação, quando o Governo assume nos contratos com as operadoras que quer controlar a Fundação e onde actua subsidiariamente. Ou seja, se a Fundação falhar — e V. Ex.^a disse-o aqui — «estamos à vontade, pois, no limite, paga o Governo». E o nosso papel aqui não é o de não tecer comentários sobre isso porque a Fundação resolve os seus problemas. Estamos aqui com esta Comissão de inquérito exactamente porque a Fundação não foi capaz de resolver os seus problemas.

Mas aceito a sua resposta.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Essa é a sua opinião!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É a opinião do Deputado Hélder Amaral, do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estão a interromper o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Assim sendo, em relação a esse tema, não vou acrescentar mais nada.

Em relação à nomeação das pessoas para o Conselho de Administração, nós, os três operadores achamos (não foi só uma coisa

nossa, fomos os três) que, uma vez que tinha sido declarado o interesse público desse programa, a fiscalização da própria implementação ficaria feita de uma forma melhor se fossem pessoas que estivessem ligadas ao Governo ou ao Estado do que pessoas dos operadores, porque poderíamos cair aqui em conflitos de interesses e outras coisas.

Por isso, sendo que o Conselho Geral, penso, tem seis membros, três nomeados pelos operadores e três pelo Estado, e que o Conselho de Administração tem três membros do Estado, achámos que a articulação com entidades ligadas ao Estado ficava muito mais fluida, mais fácil, se fossem pessoas nomeadas... Penso que nenhum dos três objectou ou teve objecção, até porque, em muitos dos temas ligados à Fundação, nós, os três operadores sempre tivemos posições iguais, parecidas, se quiser, comuns. Por isso, diria que nos sentimos relativamente tranquilos por ter pessoas que estavam, diria, mais próximas de quem tinha de fiscalizar a boa execução de um programa que tinha interesse público e, ao mesmo tempo, para nós, como operadores, era mais tranquilo, porque, se estivessemos aqui e acolá a não fazer as coisas como é suposto, chamavam-nos a atenção.

Em relação à compra dos *Magalhães*, só para explicar como é que isto funciona, tendo sido definidos os requisitos técnicos pelo Governo e o preço, fizemos uma consulta ao mercado, sendo que, para aquele preço e com aquelas características, havia dois distribuidores, em Portugal, um que era a Youtsu e outro que era a Inforlândia.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Também não consegue dizer a data da primeira encomenda?

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Não consigo. Agora, falámos com as duas, sendo que a Inforlândia, num determinado momento, tinha um preço

mais competitivo e nós comprámos o máximo possível à Inforlândia. E só não comprámos mais por uma razão: como os computadores tinham de ter licenças da Microsoft, a Microsoft fazia um preço especial para este programa e eles tinham um número limitado de licenças. Por isso, nós comprámos até ao limite máximo das licenças que eles tinham, porque, se fôssemos para lá desse limite máximo, estaríamos a pagar mais pelas licenças. Por isso, comprámos a duas distribuidoras e essas distribuidoras, depois, compravam a um fabricante. Mas para aquelas especificações e àquele preço, foi o que foi possível fazer no mercado e foi feito também, como referi, através da nossa área de compras.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Só um fabricante?

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Duas distribuidoras que, depois, compravam a um fabricante. E numa das distribuidoras comprámos o máximo possível, porque tinham limitações em número de licenças que tinham sido «subsidiadas» ou, se quiser, tinham uma oferta especial da Microsoft.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Eng.º Zeinal Bava pelas clarificações que nos trouxe, que, no fundo, também vieram secundar as que foram dadas por outros operadores e, por isso, demonstram como estas opiniões coincidentes vão contra aquelas que já conhecíamos por parte, particularmente, do ex-Ministro Mário Lino.

Sr. Eng.º Zeinal Bava, para clarificarmos e para termos a certeza de que o processo foi idêntico para com todas as operadoras — e sendo que já nos disse que a TMN não capitalizou o Fundo para a Sociedade da Informação, também já nos disse que os programas foram sendo executados mesmo num período de pré-existência da Fundação para as Comunicações Móveis —, quero perguntar-lhe como é que era feita essa comunicação e a quem era feita. Era a entidade gestora do Fundo para a Sociedade da Informação que tinha um papel de coordenação e de recepção da informação de distribuição de computadores por parte da TMN? Ou essa informação era dada directamente ao Ministério?

Isto porque a indicação que temos é que, apesar de o Fundo não ter sido capitalizado, era a entidade gestora do Fundo que continuava a fazer a coordenação do Programa e.escola. Era isso exactamente que queria que nos confirmasse.

Depois, gostaria de perceber algo que, para nós, ainda não é claro. Apesar de já não ser a primeira vez que nesta Comissão ouvimos o discurso de que «são todos pessoas de bem», não é claro para nós que os contratos vão sendo assinados com datas bastante posteriores à sua execução prática. Dou o exemplo do contrato que cria a ligação da TMN ao Programa e.escolinha, que é assinado no dia 25 de Maio de 2009, a um mês do final do programa. Isso é, no mínimo, estranho para se avaliar como os programas eram feitos. Parece que era a prática que instituía os programas e não o contrário. E quando estamos a falar em montantes tão valorizados quanto aqueles que estão em causa, isso causa-nos alguma estranheza.

No entanto, todos os contratos assinados no âmbito do Programa e.escolinha e do regulamento fazem a sua remissão para o dia 30 de Agosto de 2008. Bom, isso é 12 ou 13 dias antes da criação da Fundação para as Comunicações Móveis. Parece-nos estranho que assim aconteça... Todos nos indicaram que, apesar de serem partes de bem que estavam envolvidas

nestes relacionamentos, os aparelhos jurídicos de cada uma dessas partes estiveram envolvidos. E causa-nos estranheza que estas datas apareçam assim, sem qualquer motivação real que sirva para as justificar.

Por isso gostava que nos explicasse — se tiver alguma explicação para isso — como é que estas datas aparecem.

Depois, quero perguntar-lhe algo que é lógico, porque é muito à volta do e.escolinha que estamos aqui a debater nesta Comissão, pois foi esse o programa que, a nosso ver, deu origem à própria criação da Fundação. Por isso, a data de criação ou a data de anúncio ao mundo do e.escolinha, estranhamente coincide com a data do anúncio ao mundo do *Magalhães* e com o seu baptismo enquanto primeiro computador português.

Devo depreender, até porque a sua assinatura está no acordo de princípios assinado no dia 30 de Julho de 2008, que esteve presente na apresentação do *Magalhães* no Pavilhão Atlântico e que, tal como os outros operadores, assinou também, à margem dessa apresentação, esse acordo de princípios que criava o e.escolinha.

Como é normal que aconteça assim, queria perceber, porque isso foi necessariamente preparado, em que momento é que começou a ser preparado o Programa e.escolinha e em que momento é que começaram a ser definidas as características, porque o que nos dizem os documentos é que tivemos uma definição formal de características em Maio de 2009, quando grande parte dos *Magalhães* já estavam distribuídos, por isso sabemos que essa definição, a nível contratual, é muito posterior à sua instituição prática.

O que nos disse a Vodafone foi que a distribuição das características do *Magalhães* terá sido feita no dia 15 de Setembro, no entanto cinco dias úteis depois, no dia 23 de Setembro, já estavam a ser distribuídos 3000 computadores.

Ora, achamos estranho, pois não é normal vermos, por muito otimizada que esteja a produção, tanta eficiência na produção de computadores e também a adequação às características determinadas.

Por isso, parece-nos que as próprias características, apesar de terem sido indicadas no dia 15, terão sido construídas à medida do programa e, posteriormente, apenas assinadas no dia 26 de Maio de 2009.

Assim sendo, queria perguntar-lhe se não estranha todo este processo e se não estranha particularmente — e depreendo pela sua afirmação que terá sido convidado pelo Governo para estar presente na apresentação do *Magalhães* — que no mesmo convite que o Governo lhe fez para estar na apresentação de um computador para crianças e na criação de um programa para distribuição desses computadores no 1.º ciclo, e porque sabemos que não há almoços grátis e que convites desses não costumam ser feitos ao acaso nem de forma esporádica, não haja aqui uma relação causa/efeito.

Gostava, pois, de perceber se se sentiu ou não pressionado de alguma forma, ou se, como normalmente, qualquer um de nós pensa, quando estava na apresentação do *Magalhães* e quando assinou o programa do e.escolinha se percebeu ou não que estava ali, no fundo, um para servir o outro, ou seja o Programa e.escolinha para servir a distribuição do *Magalhães*.

Volto novamente às datas, porque as datas são, no fundo, aquilo que nos mostra, de forma cabal, a realidade para dizer que vemos que as características são entregues aos operadores no dia 15 de Setembro de 2009, no entanto Caixa Mágica já tinha sido informada, 15 dias depois da apresentação do *Magalhães*, que seria necessário desenvolver uma versão em *software* livre para a distribuição do computador no âmbito do e.escolinha — aliás, na própria apresentação do *Magalhães* é dito que parte da sua produção, cerca de 500 000 computadores desse *Magalhães*, que equivale ao universo de alunos do 1.º ciclo, seriam para serem distribuídos no mercado interno.

Estas coincidências todas são coincidências a mais para serem ocasionais e por isso percebemos que há aqui toda uma intuição e toda uma indicação de que era o *Magalhães* que deveria ser distribuído, que era o *Magalhães* que, no fundo, poderia cumprir unicamente com os requisitos do Programa e.escolinha.

E tanto assim era que — e esta é a terceira confirmação que temos — o *Magalhães* era efectivamente o único computador que cumpria com as características, apesar de no caso da TMN se ter chegado ao *Magalhães* por dois caminhos diferentes, ou seja pela Inforlândia e pela Youtsu, mas, no entanto, o fim é sempre o mesmo, o fim é sempre o computador *Magalhães*.

Nesta primeira fase não tenho mais perguntas a colocar e reservo-me para uma segunda ronda.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Em relação à sua primeira pergunta a nível da coordenação não consigo precisar quem... Se era Fundação se era a tal entidade coordenadora do fundo não consigo precisar... Mas, posso dizer-lhe que nós coordenávamos com uma equipa operacional onde o Dr. Mário Franco era uma pessoa *pivot*...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Já nesse período anterior à criação da Fundação?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Se está a falar do e.escolinha ou do e.iniciativas, nós, neste último caso, operacionalizámos muitas das coisas directamente com o Dr. Mário Franco que era a pessoa que, do meu ponto de vista, operacionalizava muitas das questões, por isso... Agora, não

consigo precisar se era esta entidade coordenadora do fundo, se não era, não faço a mínima ideia...

De qualquer modo, não podemos esquecer que um programa desses é um programa que, do ponto de vista da logística, é muito complexo. Aliás, chegámos a ter situações caricatas pois, muitas vezes, tínhamos de fazer distribuições nas escolas e na noite anterior não tínhamos onde guardar os PC e por isso tínhamos de requisitar seguranças, etc.

Na verdade, termos conseguido montar uma operação de logística desta dimensão — alias, foi isso que levou a que nós tivéssemos suma quota de mercado e o sucesso que tivemos, porque, de facto, só uma empresa com a ambição da TMN e com a dimensão do grupo PT é que consegue fazer este tipo de projecto de âmbito nacional incluindo as ilhas. Por isso não lhe consigo precisar nem dar mais informação do que esta.

Em relação aos atrasos nos contratos não quero generalizar esse tema no sentido de dizer que é normal haver esse tipo de atrasos na assinatura dos contratos, mas acontece muitas vezes haver atrasos na assinaturas de contratos e se somos pessoas de bem e em particular se estamos a lidar com entidades que estão ligadas ao Estado tipicamente nós temos uma flexibilidade maior, até porque sabemos que a contraparte tem um risco que está definido e conhecemos e por isso penso que nenhum dos dois outros operadores se sentiram minimamente preocupados com este tema. Este é um processo em contínuo, os objectivos estavam definidos, o interesse público estava determinado, era um projecto, como disse há pouco, ia ao encontro do que achávamos que podia ser uma disrupção significativa no mercado português e isso seria positivo para o País a médio e longo prazos, era boa a alocação das nossas contrapartidas, fizemos o projecto e sempre, mesmo com atraso, resolvemos o tema dos contratos e nunca sentimos qualquer dificuldade, mesmo com esses atrasos, de poder dizer que os contratos foram todos assinados tranquilamente e subscritos por todos os

operadores...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Mas isso é parcialmente verdade, se me permite a correcção, porque houve pelo menos um dos contratos assinado pela TMN no dia 28 de Setembro de 2009 — curiosamente o dia a seguir às eleições legislativas — que é o aditamento ao acordo de cessão, que foi realizado entre o Ministério, a Fundação e a TMN. No fundo o que nos foi dito pela Vodafone foi que esse aditamento era uma clarificação sobre as responsabilidades do Ministério perante a Fundação e por isso foi necessário dar mais um passo para clarificar o relacionamento entre as entidades.

O Sr. Eng.^a Zeinal Bava: — Eu acho que isso não é em nada diferente do que eu disse, porque, de facto, se reparar, o facto de termos sentido que era importante ter essa clarificação obtivemo-la e demos esse tema por encerrado. Havendo dúvida se a Fundação no limite era risco do Estado ou não isso ficou clarificado para bem de todos e sem nenhum tipo de problema de maior. Não lhe posso dizer que tenhamos arrancado dentes a alguém para poder fazer aquilo; era tranquilo, era normal as pessoas já trabalhavam juntas há muito tempo...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Mas colocaram a assinatura nesse aditamento como condição para aprovar as contas de 2008 da Fundação.

O Sr. Eng.^a Zeinal Bava: — Veja uma coisa: nós, como qualquer empresa, os operadores temos balanços, temos conta de resultados, temos políticas de provisões de dívida e como deve imaginar, o risco... Se quiser a República, o Estado tem um tratamento diferente de outro tipo de riscos. Naturalmente que do ponto de vista de qualquer um dos três operadores ter

uma definição muito clara de que a Fundação era um risco do Estado, tinha um impacto directo nas nossas próprias contas e na forma como nós podíamos ou não tratar eventuais dívidas que tínhamos da Fundação e por isso não podiam restar dúvidas para as comissões de auditorias, para os auditores e por isso tratou-se não mais do que uma clarificação para que não existisse a mínima dúvida e que amanhã alguém pudesse dizer que nós não provisionamos como era suposto, porque não estaria claro que a Fundação era risco do Estado. Então, para que não existissem dúvidas, todos nós ficámos muito mais confortáveis e a entidade, o estado, anuiu e deu-nos essa garantia positiva.

Em relação ao e.escolinha eu fui ao evento, eu assinei... Com certeza que fui convidado, não me lembro de quem me convidou, mas com certeza que devo ter sido convidado por alguém que organizou o evento, e estive lá no lançamento do computador.

Sobre quando é que foram definidas as características, o Sr. Deputado disse que a Vodafone terá dito que foi em 15 de Setembro, eu lamento, mas não tenho esse detalhe comigo e nem memória para essas datas, mas se eles dizem que foi não vejo porque é que para nós teria sido em data diferente do que para eles, por isso arrisco dizer que as datas terão sido iguais por que os três operadores colaboraram muito — aliás, como sabe no e.escolinha não fomos só os três, penso que houve um quarto operador que esteve envolvido e por isso acredito que algumas dessas características tenham sido dadas nessa data que a Vodafone indicou.

Agora em relação às características o Estado definiu duas coisas: características e preço e por isso quando abordámos o mercado para comprar o tal computador tínhamos de respeitar estas duas coisas. Como eu disse há pouco se o preço é muito alto há menos computadores, ou seja as contrapartidas são utilizadas mais depressa, se o preço é mais baixo as contrapartidas duram mais tempo, logo temos mais computadores para

distribuir...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Mas nesse âmbito — e corrija-me se os meus dados estiverem errados —, fazendo as contas a computadores que disse que foram activados no âmbito do e.escolinha estamos a falar de cerca de 350 000 €, abatíveis nas contrapartidas para além do que os senhores deram como provimento inicial.

O Sr. Eng.^a Zeinal Bava: — No nosso caso assumimos um risco maior à cabeça, que foram os tais 11,5 milhões de euros...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Mas para além desse dinheiro, o resultante da activação dos computadores são cerca de 350 000 €. Não é um valor...

O Sr. Eng.^a Zeinal Bava: — Nós temos de ver o sucesso do programa no seu todo para a TMN. Temos de ter presente que no caso da TMN no Programa e.iniciativas a nossa quota de mercado foi cerca de 70% e nós olhamos para o programa no seu todo e quando o fazemos podemos dizer que este programa teve um grande sucesso, porque permitiu-nos alocar as nossas contrapartidas para um projecto que estruturalmente vai ter impactos positivos neste país a médio e longo prazos e também permitiu-nos atacar duas barreiras que existiam no mercado português e que inviabilizavam o acesso do computador a quem mais precisava e a quem não tinha dinheiro, porque os computadores, antes de este programa se iniciar, no mercado português custavam cerca de 1000 € e hoje podemos comprar a 200 o u 300 € e isso tem muito a ver com o aumento do mercado que aconteceu fruto deste programa e por isso nesse aspecto eu diria que talvez no e.escolinha a taxa de adesão tenha ficado aquém de, mas tendo dito isso são 2% dos

valores totais das contrapartidas da TMN, é um projecto para o 1.º ciclo, para crianças, e do nosso ponto de vista quando olhamos para os objectivos que a PT tem em termos da sua missão, da sua sustentabilidade a prazo, etc., são projectos que nós abraçamos sem qualquer problema e quando avaliamos o projecto no seu todo consideramos que ele no seu todo foi um sucesso para a TMN.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Certo, mas eu queria era frisar este ponto: não obstante esse avaliação que fizeram do projecto na globalidade, a afirmação que fez de que o preço, neste caso concreto, permitia a distribuição de mais ou menos computadores, face à exiguidade de computadores que realizaram uma activação da sua banda larga, quer TMN quer restantes operadores, mas no caso concreto do contrato da TMN, estamos a falar de valores que representam para o Programa e.escolinha um pagamento de contrapartidas, tirando o pagamento inicial, de 350 000 €. Por isso, se disséssemos que o computador seria 215 €, 220 € ou até 300 €, não seria pelo valor final global de pagamento por activação que teríamos muito mais dinheiro a haver por parte das contrapartidas relativamente à TMN. E corrija-me também, se estiver errado. Referiu que a TMN ainda deve 11 milhões de euros de contrapartidas no âmbito do Programa e.escola. Seguindo estes valores, esses 11 milhões de euros davam para um novo Programa e.escolinha, tendo em conta o que foi gasto no programa anterior.

O Sr. Luís Gonelha (PS): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Não, estou a referir-me concretamente às contrapartidas que ainda existem, ao que custou o

Programa e.escolinha no campo do abatimento de contrapartidas. Foram os 11,5 milhões de euros mais cerca de 350 000 euros, o que não chega a 12 milhões de euros. No fundo, as contrapartidas ainda remanescentes dariam para um programa similar de um e.escolinha. Corrija-me, se estou errado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Pelo menos para quota da TMN.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Obviamente. Até sabendo que, num segundo programa, não seriam 400 000 computadores, mas muito menos, ou seja, cerca de 50 000 a 100 000 computadores.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Sr. Deputado, tomámos firme 11,5 milhões de euros. Significa que levámos 11,5 milhões de euros e dissemos «vamos comprar um computador com estas características até um preço máximo de x e vamos disponibilizar esse computador nas escolas, ao 1.º ciclo, na expectativa de que as pessoas vão, depois, traduzir aquele equipamento numa ligação à *Internet*». A taxa de adesão ficou aquém do que seria expectável ou do que foi a nossa experiência no programa e.iniciativas . Por isso, não há mais que acrescentar. É o que é!

No entanto, relativamente aos outros 14 milhões de euros, estamos a continuar com as ofertas. Elas estão no *site* da TMN e, por isso, as pessoas do e.oportunidades e das várias outras categorias que fazem parte do e.iniciativas podem ir ao *site* da TMN. A oferta ainda existe. No dia em que os 14 milhões de euros esgotarem, vamos tirar a oferta de lá, não há mais oferta. Por isso, quando acabarem os 14 milhões de euros, acabou o programa.

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Exactamente!

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Exactamente, não! Peço desculpa. Nada impede que agora se decida interromper e aproveitar esse dinheiro para o novo Programa e.escolinha.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — O fundo da questão...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, confesso que não percebo onde querem chegar com esse...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Queria precisar um ponto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Não podemos ficar excessivo tempo neste ponto. Confesso que não estou a perceber onde querem chegar.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — É uma pergunta directa e, como o Eng.º é da área das ciências, com certeza que responderá directamente.

Confirma que foram realizados entre 350 000 € e 400 000 € enquanto contrapartida no âmbito do Programa e.escolinha para além dos 11 500 € iniciais?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Sr. Deputado, pagámos, se não estou em erro, 70 € por cada ligação. Se foram 5000 computadores, a multiplicar por 70 €, dá os 350 000 €. Por isso, pagámos 350 000 €, efectivamente, porque tínhamos definido pagar os 70 €.

No entanto, é preciso ter presente o seguinte: apesar, repito, da taxa de adesão ter sido de 2,5%, continuamos a considerar que o facto de termos

garantido o acesso a um computador e a uma ligação à *Internet* a crianças no 1.º ciclo, muitas delas sem condições financeiras para isso, foi um projecto em relação ao qual a Portugal Telecom considera que pode não ter tirado aquilo que é o aspecto da ligação, mas essencialmente semeamos para o futuro. Tenho de acreditar que muitas dessas crianças, muitos desses jovens, muitos dos quais provavelmente nunca teriam tido acesso a computadores na sua vida porque eram equipamentos caros, a quem se abriu o mundo da *Internet*, amanhã, com certeza, vão olhar para a Portugal Telecom e a TMN como uma entidade que investiu num projecto de educação em Portugal e que utilizou essas contrapartidas num projecto que poderá, no futuro, fazer uma alteração material na qualidade do talento que o País cria e numa série de coisas. Por isso, temos 14 milhões de euros, o programa está aberto. Quando acabarem os 14 milhões de euros, já não há mais programa.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Eng.º Zeinal Bava, agradeço as informações que nos tem trazido e que poderá trazer.

Tenho algumas questões e vou começar pelo processo relativo ao Grupo de Trabalho UMTS, ao concurso UMTS e à definição das iniciativas e compromissos da TMN nesse contexto e da negociação para essa realização, ou seja, começo por esta fase deste processo.

Gostava de lhe perguntar se tem uma ideia sobre as propostas que há pouco mencionou que constavam da candidatura da TMN ao concurso UMTS, que depois acabaram por ser quantificadas no tal montante total de 530 milhões de euros, grosso modo. Ou seja, das propostas concretas em termos de iniciativa e em termos de contrapartida dos projectos iniciais, se

sabe quais foram os que se mantiveram até ao fim, isto é, os que foram concretizados tal como estava planeado.

Coloco esta pergunta, porque ontem a Prof. ^a Maria de Lurdes Rodrigues, que esteve logo no primeiro momento na negociação para concretizar as contrapartidas, falou, por um lado, numa tremenda dificuldade para negociar a concretização das iniciativas propostas pelos operadores e, por outro lado, em propostas dos operadores que então estavam ultrapassadas — e não estamos a falar de 2004 ou de 2005, mas de 2000-2001. Portanto, logo em 2000-2001, essas propostas, segundo a Prof.^a Maria de Lurdes Rodrigues, estavam ultrapassadas. Gostava de lhe perguntar se tem memória sobre quais seriam essas propostas que já estavam ultrapassadas mal tinham sido emitidas as licenças UMTS e quais as que se mantiveram mais perenes, numa perspectiva de médio prazo, tendo em conta que havia a perspectiva dos tais 15 anos para a concretização de iniciativas e sendo de estranhar que, ao fim de um ano ou dois, já tivessem ultrapassadas e caducas — penso que foi essa a expressão que utilizou, ou seja, que tinha caducado do ponto de vista da sua actualidade.

Relacionado com isto, gostaria de saber o tipo de contributos para a sociedade da informação que a TMN propôs, antes de haver uma coisa chamada e.iniciativas. Ontem, a Prof.^a Maria de Lurdes Rodrigues relatou exemplos, como uma proposta de contributo para a sociedade da informação que seria, segundo uma das operadoras, a publicidade a telemóveis — uma coisa estranhíssima!... Queria perguntar-lhe se da TMN apareceu essa proposta. O Prof. Eduardo Cardadeiro, actual Presidente do Grupo de Trabalho UMTS, citou a proposta por parte de operadoras, como, a título de inclusão nas contrapartidas e de validação como tal, por exemplo, a subsidiação ou o desconto nos pagamentos a trabalhadores da empresa para acesso à *Internet*. Gostava de perguntar qual é a

perspectiva...

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Queria fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Não vou ser interrompido, Sr. Presidente. Os apartes que o PS tem a fazer nesta matéria não me incomodam nem me interrompem.

Entretanto, assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente Pedro Filipe Soares.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, foi pedida uma interpelação à Mesa e gostava só de esclarecer uma coisa.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, nos termos do Regimento, tenho ideia que a interpelação à Mesa não deve preceder uma intervenção que está a ser feita.

O Sr. Presidente (Pedro Filipe Soares): — Peço-lhe a benevolência de 30 segundos.

Para clarificar, o Deputado Bruno Dias apenas citou um dos depoimentos feito nesta Comissão.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Dois depoimentos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Pedro Filipe Soares): — Por si só, não sai fora do âmbito dos trabalhos da Comissão, pelo contrário.

Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Agradeço a clarificação do Sr. Presidente. Com efeito, citei apenas dois depoimentos que foram colocados nesta Comissão de Inquérito e, pela minha parte, não trouxe nada de novo para além do que foi aqui colocado.

Ainda relativamente à dificuldade que foi ontem recordada pela Prof.^a Maria de Lurdes Rodrigues quanto à concretização das contrapartidas por parte das operadoras, diz o relatório da PT relativo a 2008 que «à data da atribuição da licença, não era possível determinar de forma fiável o modo como esses compromissos iriam ser realizados, pelo que a PT não registou qualquer activo e responsabilidade naquela data».

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Isso são perguntas?

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Se a primeira é verdadeira, a consequência é natural. Pergunto-lhe porquê esta impossibilidade de determinar de forma fiável esses compromissos.

Protestos do Deputado do PS Luís Gonelha.

Relativamente às questões que estou a colocar, apesar da gritaria que o PS está a tentar fazer, vou passar à demora que o Eng.º Mário Lino trouxe aqui, à reunião da Comissão de Inquérito, sobre as dificuldades que justificaram a tentativa de encontrar uma solução a contento, quer do Governo quer das operadoras, que se traduziu no lançamento do Programa e.escola.

Queria colocar-lhe uma questão que também foi colocada às outras operadoras, tendo as respostas divergido consoante a experiência concreta e o testemunho da empresa. Assim, gostaria de saber se a TMN já tinha

lançado em 2005-2006, ou seja, antes do lançamento do Programa e.escola, algum produto do tipo pacote «computador e ligação à banda larga». Pergunto-lhe, do ponto de vista da cronologia dos acontecimentos, se já existia uma tentativa por parte da operadora de lançar este produto, visto que o Eng.º há pouco falou no interesse estratégico e na abordagem mais agressiva comercialmente da empresa, no sentido de encontrar mais quota de mercado, mais clientes, e uma das formas de chegar aí seria exactamente a colocação de terminais para a utilização dessas ligações.

Portanto, pergunto-lhe se já tinham lançado esses produtos e desde quando, se tem essa memória, e se foi a TMN que propôs, no âmbito do Grupo de Trabalho UMTS, que se considerasse para as contrapartidas a iniciativa de distribuição de terminais, ou seja, de pacote «computador e ligação à banda larga», porque essa proposta aparece, em concreto, no Grupo de Trabalho e em 2006 o Prof. Cardadeiro levanta a necessidade de estabelecer a linha de fronteira entre actividade comercial normal de uma empresa no âmbito da sua estratégia própria e, do outro lado da fronteira, a contrapartida para o Estado e o interesse público relativamente a este tipo de projectos.

Sobre os resultados para a TMN resultantes do Programa e.escola, gostava de perguntar o seguinte: esta semana, o Sr. Administrador Delegado da Vodafone deu-nos conta que, em números redondos, para os 25 000 computadores que tinham sido distribuídos pela Vodafone, haveria uma receita bruta que poderia rondar os 4 milhões de euros por ano pelo pagamento das mensalidades por parte dos clientes. Fiquei com a ideia de que, no Programa e.escola apenas, terão sido distribuídos pela TMN cerca de 534 000 computadores. Ora, estes 534 000 computadores tinham ligação obrigatória, ou seja, tinham a obrigatoriedade da contratação de uma ligação a banda larga móvel. As contas são muito simples, são pouco mais de meio milhão de novos clientes.

Gostava de perguntar o que é que isto significou em termos de receita para a TMN e qual a quota de mercado no segmento da banda larga móvel antes do e.escola e depois do e.escola. Percebi que ficou com 70% do mercado no programa — já agora, gostava de saber se é no e.escola ou inclui também o e.escolinha. Portanto, de tudo o que saiu, a TMN fica com 70%. Há, no entanto, uma outra questão que é importante para a Comissão de Inquérito, que é saber qual o peso relativo dos clientes e.escola e e.escolinha no universo da banda larga móvel TMN e do mercado que tem e, por outro lado, qual é o valor actual da quota de mercado nacional TMN neste segmento, em termos totais.

Sr. Engenheiro, sobre as contas da Fundação, a empresa que representa é fundadora, esteve na instituição desta Fundação. Portanto, não vou elaborar sobre a credibilidade que a empresa «empresta» a uma Fundação que institui e cujas contas vota, pode aprovar ou sobre as quais se pronuncia.

O que lhe pergunto é, enquanto Fundador, enquanto parte activa, com uma palavra a dizer na aprovação das contas da Fundação, se considera normal que o essencial da missão e da actividade da Fundação, que é o e.escola, do ponto de vista concreto e consolidado, não conste do relatório e contas que é votado, nomeadamente o de 2008, aparecendo num quadrozinho anexo o essencial das contas e mais elaboradamente desenvolvidas são as despesas correntes, cujo valor é de 25 milhões, ao passo que os 390 milhões não aparecem, aparecem num quadrozinho de meia página.

Qual é o entendimento da TMN ao votar, enquanto fundador, as contas de uma Fundação que assim são apresentadas?

Há algumas questões que deixarei para a segunda ronda. Peço só ao Sr. Presidente a tolerância de me deixar perguntar o seguinte: ouvi o Sr. Engenheiro dizer há pouco que terá sido convidado, para o Pavilhão

Atlântico, para a famosa cerimónia de lançamento do *Magalhães*, por alguém que organizou a cerimónia. Pergunto se se lembra de mais alguma coisa para além disso. Se se lembra de ter ouvido falar do *Magalhães* por exemplo, antes disso. Se soube que havia, em Portugal, um projecto *Magalhães*, porque a TMN deu uma grande ênfase, até do ponto de vista estratégico e de imagem da empresa, e acabou de falar da importância dada até na internacionalização, etc.

É importante que percebamos se o Sr. Engenheiro, enquanto CEO e administrador dessa empresa, soube pelo Governo, soube pela JP Sá Couto ou pelos jornais que ia ser lançado em Portugal um projecto *Magalhães*, se soube no momento em que entrou no Pavilhão Atlântico. Isto, parecendo que não, Sr. Engenheiro, é de uma importância significativa para nós, e era importante saber, relativamente à forma como esta matéria foi dirimida e negociada posteriormente nas especificações técnicas do computador, que ou era *Magalhães* ou era *Magalhães*.

O Sr. Presidente (Pedro Filipe Soares): — Tem a palavra o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Tentámos, penso que em 2004 ou 2005, fazer um *bundle* do computador com ADSL no nosso negócio fixo. O projecto não correu bem. Aliás, foi uma tentativa que fizemos, naquela altura, de agregar um equipamento à banda larga e não correu bem (e aprendemos com os nossos próprios erros), porque as pessoas queriam uma multiplicidade de equipamentos que pudessem escolher no momento da compra da sua ligação e queriam essencialmente mais *laptops* e nós tínhamos apostado mais em *desktops*. Essa foi a primeira vez em que tentámos fazer essa agregação do equipamento a um acesso, com um sucesso bastante limitado.

Contribuímos, no entanto, para o seguinte: a partir do momento em que a PT demonstrou que estava a olhar para esse tipo de agregação, os preços começam, já naquela altura, a cair um pouco porque se a PT decidisse seguir esse caminho, provavelmente, iria gerar uma procura elevada no mercado e isso iria contribuir, naquilo que caracteriza o equilíbrio entre a procura e a oferta, a uma grande oferta no mercado, que, depois, levaria a uma redução do preço.

Fizemo-lo não na TMN, mas na nossa empresa da área fixa, na PT Comunicações.

As licenças UMTS são do ano 2000. Lançámos, do ponto de vista comercial, em Abril de 2003, se não estou em erro.

Antes do lançamento comercial, como deve imaginar, era muito difícil preconizar o que poderiam ou não ser as ofertas. Não podemos esquecer que, naquele período em que as propostas foram feitas, tínhamos uma visão do que é que poderia ser o sector, o que é poderiam ser as ofertas, mas ninguém tinha certezas de nada, até porque a própria tecnologia e o seu lançamento se atrasou no tempo.

Por isso, penso que fazer referências específicas às ofertas que constavam da nossa proposta é um exercício que só pode ser uma perda de tempo para todos nós, porque, no nosso sector das telecomunicações, o mundo, como sabe, anda muito depressa, as ofertas evoluem muito depressa e o que é relevante é que havia um valor que estava comprometido, valor esse que tinha de ser investido em projectos de Sociedade da Informação, que fossem definidos como de interesse público.

Por isso, não lhe consigo dizer de memória se tínhamos ofertas para segmentos de seniores ou para jovens. Com certeza que eram múltiplas as ideias, porque a nossa equipa é muito criativa, os nossos gestores são muito bons nas áreas de produto e, com certeza, devem ter imaginado muitas coisas interessantes. Mas, como devem imaginar, no nosso sector, entre

2001 e 2004, praticamente três ou três anos e meio, tudo o que tiver sido escrito três anos e meio antes, se tiver alguma relevância, com certeza, será por mera coincidência.

Por isso, penso que o importante foi que, a partir do momento em que foi feito o lançamento comercial do serviço, começámos a utilizar uma parte desses valores para poder massificar o acesso, ou seja, acelerar a chamada Sociedade de Informação. Por isso, foram feitos investimentos na rede, muito acima de...

Há bocado, eu dizia que a nossa rede evoluiu significativamente nos débitos que oferece. Hoje, no móvel, já estamos a oferecer débitos da ordem dos 24,4 *megabytes* por segundo.

Por isso, o facto de ter havido um período durante o qual os equipamentos terminais 3G foram sido altamente subsidiados no nosso mercado, muito acima da média europeia, fazia parte do nosso projecto. Daí que o grupo de trabalho UMTS tenha aceite os tais 124 milhões de euros de investimentos que a TMN fez na promoção de vários projectos à volta da licença de UMTS e que, como eu disse há pouco, os tais 260 milhões, que estão alocados a essa componente, já terem sido praticamente todos cumpridos.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — O Sr. Engenheiro recorda-se das tais dificuldades que a Prof. ^a Maria de Lurdes Rodrigues, ontem, citava quanto a 2000, 2001?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Não, se quer que lhe diga, até por uma razão: nesse período, não estava na área móvel e, por isso, não tinha essa responsabilidade na PT, tinha outras valências, ou seja, tinha outras responsabilidades na PT e, por isso, se houve ou não, não sei, não faço a mínima ideia. Se houve, com certeza que não foi comigo, porque não

estava envolvido nessa área. Na altura, as minhas funções na PT eram outras. Por isso, não sei o que é que estava a ser sugerido ou referido com essas afirmações.

Ouvindo-o falar um bocado, fiquei com uma leve sensação de que talvez tivesse a sugerir que este negócio tivesse sido um grande negócio para os operadores. Ora, quero deixar claro que há um interesse público que está identificado. Há contrapartidas que tínhamos ao abrigo da licença UMTS, investimos neste projecto. O sucesso ou insucesso desse projecto tem de ser visto a médio e a longo prazo, porque não nos podemos esquecer que estamos a viver um período durante o qual o acesso e o equipamento está a ser subsidiado e, a partir do momento em que esses subsídios deixam de existir, vamos ver o que é que acontece ao mercado, ou seja, se continuamos a ter esses clientes todos, ou se uma parte deles vai embora, não sei se de 10%, 15% ou 20%.

Por isso, o sucesso ou insucesso do programa vai depender acima da nossa capacidade, da nossa criatividade de conseguir apresentar ofertas a esses clientes, depois do período de subsidiação, para que eles se mantenham clientes, porque se eles deixarem de ser clientes, teremos cumprido com a nossa obrigação com a Sociedade da Informação e o cliente terá desfrutado durante este período de uma oferta muito competitiva, mas que, se desligar, deixamos de ter a relação comercial e talvez, então, o que hoje parece ter sido um sucesso, deixe de ser considerado um sucesso.

O sucesso vai depender, acima de tudo, como digo sempre às minhas equipas, da nossa capacidade de poder fazer a retenção dessa base de clientes, com propostas de valor, para que eles se mantenham no nosso grupo como clientes durante muitíssimos anos. Por isso, não sejamos precipitados em avaliar o sucesso ou o insucesso desta iniciativa, porque, de facto, o sucesso ou o insucesso tem de ser medido a médio e a longo

prazo. Talvez daqui a uns anos possamos olhar para trás e, aí, sim, fazer um balanço sobre se, de facto, foi uma operação de sucesso ou não para os operadores. Nesta altura, o que fizemos foi cumprir com uma obrigação, que tínhamos assumido e, como empresas de bem, que cumprem o que prometem, nós cumprimos.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Percebo muito bem, Sr. Engenheiro. A pergunta que fiz não era ainda no sentido de sugerir ou concluir o que quer que seja sobre sucesso ou insucesso, tinha a ver apenas com esta questão: se em Portugal, o grosso da contrapartida por operador, no âmbito do concurso, são iniciativas concretas, é diferente se entrega, como noutros países, receita para o Estado em dinheiro, ou se faz iniciativas que, na verdade, são o ponto de lançamento para o regresso desse mesmo dinheiro à operadora. Portanto, na prática, dá soma de resto zero em termos de contrapartida ao Estado na atribuição da licença.

Era a isso que me estava a referir, no dinheiro que entra na empresa face às iniciativas que realiza para pagar ao Estado. Portanto, esse dinheiro não chega bem a ser pago ao Estado, é dinheiro que volta — isto é muito simplisticamente falando, quanto à forma como depois se faz o retorno desse investimento, que supostamente é contrapartida. Não vamos agora discutir se é dinheiro público ou privado, essa é outra questão. Mas há um aspecto do ponto de vista quantitativo, que tem interesse para a nossa Comissão, que é a questão da quota de mercado inicial e posterior e do número total de clientes e a fatia e.escola e e.escolinha. Foi essa a razão da pergunta que fiz.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Em relação ao tema das quotas de mercado, não divulgamos o número de clientes de banda larga móvel que temos.

Não ouvi o depoimento dos meus colegas do sector, mas ouvi um dos meus colegas a falar de uma forma apaixonada sobre como as quotas de mercado tinham evoluído e como eles não tinham conseguido atingir os níveis de quota de mercado que desejariam para a banda larga móvel. Aliás, todos sabemos que o crescimento do negócio de dados é fundamental para sustentar o nosso negócio.

Mas para poder crescer na área dos dados, também importava esclarecer que é preciso fazer investimentos maciços na rede e, hoje, a TMN tem, de acordo com a ANACOM, a melhor rede de 3G em Portugal, e é muito fruto desse investimento que fizemos na nossa rede que, hoje, conseguimos granjear mais clientes de dados do que a nossa concorrência. Basta, para isso, apenas e só consultar uma publicação independente, a JFK, que confirma que a nossa quota de mercado, por exemplo, nos *smartphones*, atinge 53%.

Por isso, deixando de lado a questão da banda larga móvel, como sabe, o acesso à *Internet* não é só feito através das placas, é cada vez mais feito através dos equipamentos terminais, que todos nós temos, os chamados *smartphones*, temos, efectivamente, uma quota de mercado elevada, e esse é um tema comercial, não importa para aqui. O que importa é que cumprimos com as nossas obrigações. Lamento que alguns dos nossos concorrentes se sintam desmotivados, porque na banda larga móvel a TMN deu passos largos para reforçar a sua liderança. De facto, a nossa quota de mercado de receitas em Portugal, nos últimos anos, tem estado a aumentar sustentadamente e, por isso, estamos determinados em continuar a nossa quota de mercado, não só no segmento de consumo, como também no segmento de empresas.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Mas pode, ao menos, adiantar se é significativo o peso relativo do e.escola nessa quota da TMN?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Não vou adiantar isso, até por uma razão: penso que é totalmente irrelevante. São temas comerciais da nossa empresa.

O que posso dizer é que temos uma quota significativa de clientes 3G em Portugal, é uma quota de mercado que acredito que vamos continuar a reforçar, fruto, essencialmente, da aposta que a nossa empresa fez no negócio de dados de 2006. No ano de 2006, a TMN tinha menos de 10% das suas receitas que advinham de negócio de dados. Hoje, temos cerca de 24% das nossas receitas vêm do negócio de dados.

Negócios de dados, para, depois, quando começarmos a fazer aqui algumas contas em relação aos relatórios da PT, não levar a confusões, significa SMS, MMS, *download* de música e não apenas conectividade. Por isso, é preciso ter presente isso.

E em relação à aposta que estamos a fazer nos dados, ela não se verifica exclusivamente em Portugal. Se olhar para aquilo que está acontecer na Vivo, na nossa empresa brasileira, também verificará que, fruto da experiência que conseguimos adquirir no tratamento do negócio de dados em Portugal, também conseguimos criar na Vivo uma quota de mercado significativa na área de dados. Nós, hoje, somos, de longe, os líderes na área dos dados no Brasil. E, nomeadamente, na banda larga móvel, a Vivo, hoje, já tem cerca de 17% das suas receitas vinda do negócio de dados, que compara com cerca de 8% a 9% há apenas dois anos atrás. Por isso, essa é uma área...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Já agora, os 24% são Grupo PT ou TMN?

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Os 24% são só PT. Se fosse Grupo PT seria muito superior, porque, como sabe, especialmente na área da banda larga fixa, temos muito negócio de dados também.

Em relação àquilo que me disse sobre a Fundação, penso que, sobre esse assunto, já disse que os três operadores fundaram a Fundação e todos nós mostramos tranquilidade em relação à nomeação das três pessoas para o Conselho da Administração. Se houve aqui ou acolá temas que tinham de ficar resolvidos, foram resolvidos e não tenho muito mais a acrescentar sobre isso.

Sobre o tema do evento que lhe referi, não lhe consigo precisar quem é que me convidou, mas estive, de facto, presente. Penso que estiveram todos os operadores e que fomos todos convidados, acho que eram vários que estavam lá.

Foi dito, há bocado, que a minha assinatura consta do acordo, o que comprova que eu, efectivamente, estive lá. Eu assinei o documento. Agora, não lhe consigo precisar se li num jornal ou se não li num jornal sobre o *Magalhães*, porque, sinceramente, não me lembro, não faço a mínima ideia.

O Sr. Presidente (Pedro Filipe Soares): — Não ficou, então, marcado pelo anúncio?

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Marcado?! Se quer dizer que me impressionou o anúncio, claro que me impressionou, acho que foi um evento muito bem organizado, com muita visibilidade. Esteve o *Chairman* da Intel, que, como sabe, é uma referência. Quem é gestor sabe que ele é uma referência pelo trabalho magnífico que tem feito, e, por isso, foi para mim um prazer estar com *Chairman* da Intel e poder conversar com ele.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço imensa desculpa, mas o computador *Magalhães* e o e.escolinha são um aspecto muito importante dentro destas iniciativas para a TMN. O senhor não se recorda de quando é que ouviu falar no *Magalhães* e quando é que apareceu isto para a sua empresa e para si? Não se recorda?

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Não me leve a mal, mas nós somos uma empresa, como sabe, de dimensão, somos uma empresa bastante grande e, em relação ao *Magalhães*, como eu disse, assumimos 11,5 milhões de euros de compromisso, que é 2% das contrapartidas que tínhamos para este programa. É 2% das contrapartidas! É um projecto que, como disse, podia ter tido mais ligações à *Internet* do que nós próprios esperávamos.

Mas, tendo dito isto, e sendo um projecto que foi direccionado para crianças, muitas delas sem posses nem condições para terem acesso à *Internet* ou ao computador, o Grupo PT achou, independentemente de só ter conseguido 5000 ligações, que foi um bom projecto e espero que as crianças que hoje têm os computadores distribuídos por nós estejam desfrutando deles e que, no futuro, aumentem significativamente a sua literacia digital.

Por isso, o que me interessa é que dos 520 milhões, nós já cumprimos praticamente todas as nossas contrapartidas, faltam 14 milhões, como disse há pouco, e pretendemos cumprir o que falta o mais depressa possível.

O Sr. Presidente (Pedro Filipe Soares): — Muito obrigado, Sr. Eng.º.

Srs. Deputados, vamos entrar, agora, na 2.º ronda. Lembro aos Srs. Deputados que têm muito menos tempo, têm exactamente metade do tempo, para formular as questões, por isso peço que foquem as questões e

as perguntas que têm a fazer, para não termos grandes derrapagens de tempo.

Tem a palavra, seguindo a ordem que foi seguida nesta audição, o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Zeinal Bava, vou ser concreto nas perguntas, para lhe permitir uma resposta «sim» ou «não». Percebo que, estando perante uma empresa que tem uma *golden share* do Estado, o Sr. Eng.º tenha algum cuidado e meça bem as respostas...

Vozes do PS: — Já cá faltava!...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não estou a dizer isso! Estou a dizer que percebo que tenha algum cuidado nas respostas que nos quer dar e, por isso, vou colocar questões que têm respostas de quase «sim» ou «não».

Começo pela questão das desistências. O Sr. Eng.º disse aqui que cumpriram a obrigação de disponibilizar o computador, disponibilizar a ligação da banda larga, mas é evidente que o balanço e o sucesso medem-se, depois, pela continuidade após o período obrigatório de validação. Pergunto-lhe se tem alguma informação sobre o nível de desistências — é uma matéria que já foi aqui referida — após o período obrigatório de validação de um ano, que é para saber se, de facto, isto resultou na continuidade das ligações ou se as pessoas aproveitaram só o facto de poderem comprar um computador por 150 euros e, depois, passado um ano, desistiram da ligação e trataram disso por outra forma.

Segundo ponto que gostava que me confirmasse. É necessário saber, de facto, quanto é que entregaram em dinheiro à Fundação para as Comunicações Móveis, porque — e estou a falar do Programa e.escola e

não do e.escolinha — lembro o seguinte: os senhores compram um computador por 540 euros e esse dinheiro é-vos pago integralmente pela Fundação nos termos do contrato, portanto recebem integralmente o valor e, portanto, aí não investem nada. Depois, desse dinheiro que recebem, devolvem à Fundação, por computador, os valores que eu referi aqui há pouco, ou seja, 360 euros num caso, 530 euros noutro, 220 euros noutro e 380 euros noutro. Ora isto, para os 534 000 computadores do Programa e.escola, dá o montante global de 189 milhões de euros.

Portanto, é preciso que confirme se, de facto, o processo é este: compram um computador e recebem da Fundação o total e, depois, desse dinheiro recebido, devolvem, em dinheiro e não em equipamento ou em contrapartidas, 189 milhões de euros, que, somados aos 11,5 milhões de euros do Programa e.escolinha, dá 200 milhões de euros. Ou seja: dos tais 260 milhões de euros que os senhores disponibilizaram para este Programa, entregaram em dinheiro à Fundação 200 milhões de euros.

Isto é muito importante por causa da questão já aqui referida sobre se se trata de dinheiros públicos ou não, porque uma coisa é investir em equipamentos — os senhores utilizam dinheiro, que é das contrapartidas, em investimentos que decidem, portanto, dinheiro vosso — e outra é meter esse dinheiro na Fundação e, depois, a Fundação utilizá-lo na compra do *Magalhães* e na compra de outras coisas sem concurso público.

Por isso, peço-lhe que confirme.

Terceira questão: tem alguma ideia de como é que vai receber os 96 milhões de euros que a Fundação lhe deve? Eu sei que é o Estado o responsável, mas o Presidente da Fundação esteve aqui e nós sabemos, porque temos as contas também, que a Fundação não tem essa verba para lhes poder pagar e, portanto, naturalmente, o Orçamento do Estado vai ter de transferir de novo verbas para a Fundação. Pergunto-lhe se já houve algumas conversações nesse sentido e se vão reclamar juros pelo atraso dos

pagamentos, porque, de acordo com os contratos, os operadores deviam receber da Fundação antes de pagarem aos fornecedores. E, como no caso do e.escola, sabemos que adiantaram.

Quarta questão: também gostava que confirmasse que houve distribuição de computadores antes da existência da Fundação, isto é, antes de Setembro de 2008, que é para nós também ficarmos com essa nota aqui.

Última questão: peço-lhe que confirme também que foram meros intermediários no processo do *Magalhães*. Isto é: os senhores receberam as características do Governo, compravam os computadores — o *Magalhães* —, recebiam, neste caso da Fundação, as verbas do valor do computador, os tais 216 euros mais IVA antes de pagarem ao fornecedor e, depois, pagavam aos fornecedores com o dinheiro que recebiam da Fundação. Se houvesse adesão era excelente; se não houvesse adesão, paciência. E disse-nos, há pouco, que a taxa foi baixíssima. Ou seja: neste caso terão funcionado, de facto, como meros intermediários. Peço-lhe, por favor, se confirma isto ou não.

Finalmente, quer o ex-ministro Mário Lino, na altura em que tudo isto foi lançado, quer a ex-Ministra da Educação — são notícias da época em que este Programa foi lançado, em Junho de 2007 — referiram que este era um Programa que se pagava a si próprio, ou seja, o Estado não ia precisar de envolver quaisquer verbas. Ora, o Sr. Eng.º disse-nos aqui, há pouco, que não foi assim, que há uma componente de 55% que é vossa e uma componente de 45% que é do Estado. Agradeço também a confirmação destes valores.

O Sr. Presidente (Pedro Filipe Soares): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Costa, em relação ao sucesso, agradeço aquilo que disse. De facto, a continuidade das ligações é que vai determinar se, efectivamente, este projecto teve sucesso ou não, embora, se me permite, eu repita o que disse há pouco: se olhar para o número de ligações de banda larga do nosso país no ano de 2007, em termos de incremento de crescimento, e para o crescimento de banda larga — e estou a falar do fixo — em 2008, verificará que o crescimento quadruplicou em 2008. Por isso, creio que há aqui efeitos colaterais deste Programa, que, naturalmente, são difíceis de medir e de tangibilizar numa só conta de resultados, porque tenho de acreditar que o aumento da literacia digital das pessoas, o reconhecimento claro de que o acesso à *Internet* abre as portas do mundo, que permite que as pessoas estejam mais ligadas em rede... E, se analisarmos o fenómeno de tudo o que são redes sociais, etc....

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Peço desculpa, mas dos 534 000 computadores do e.escola devem saber se, passado um ano, se mantêm ou se...

O Sr. Eng.º **Zeinal Bava**: — Eu vou continuar a responder, mas permita-me que tangibilize ou, de alguma forma, objective o que disse há pouco sobre o insucesso ou insucesso, dizendo que há efeitos colaterais que têm de ser tomados em consideração. Todas as pessoas que tiveram acesso ao computador não eram, obrigatoriamente, pessoas que não tinham computador, algumas tinham computador e o que fizeram foi renovar o seu parque de computadores. Não podemos esquecer que esses computadores que foram distribuídos ao abrigo do Programa e.escola têm, por exemplo, placas de multimédia, têm uma série de capacidade em termos de processamento que os computadores antigos não têm. E, então, se estamos

a olhar para o futuro como um futuro onde vamos desenvolver mais serviços de multimédia, etc., uma parte da renovação do parque de PC vem também, do meu ponto de vista, potenciar uma utilização mais massiva de conteúdos e de uma série de coisas.

Por isso, é só para dizer que, no fim, o sucesso do Programa, ou melhor, a avaliação que fizemos, não sei daqui a quantos anos, deste Programa vai ter de tomar também em consideração este efeito mais abrangente na nossa sociedade.

A taxa de desligamento varia por segmentos. Os do e.oportunidades têm uma taxa de desligamento x , que, como sabe, têm uma fidelização só de 12 meses e os professores e os alunos têm fidelizações de três anos. E, se olhar para aquilo que é a vida útil do Programa, o momento crucial, segundo penso, para este Programa vai ser, provavelmente, o final de 2010 e 2011, que é quando, essencialmente, vão começar a cristalizar os tais contratos de três anos. O ano de 2011 será, efectivamente, o ano em que vamos começar a ter uma melhor noção do impacto.

O que é que se verifica? Verifica-se que, efectivamente, no segmento e.oportunidades a taxa de desligamento é acima da média, tipicamente porque as pessoas, em muitos casos, são mais sensíveis ao preço e têm apenas um ano de fidelização. E, se reparar, pagando 150 euros pelo computador, um ano de fidelização acabou por ser, efectivamente, um excelente investimento. Eu diria que é uma taxa acima da média, mas dentro daquilo que é aceitável para a banda larga móvel, especialmente num enquadramento económico, que todos nós sabemos qual é, que é desafiante para todos.

Por isso, acho que, especialmente neste enquadramento económico, é preciso ter presente que a sensibilidade que as pessoas têm ao preço talvez seja superior à média. Eu não sei qual seria a taxa de desligamento se, eventualmente, a economia estivesse a crescer 2%, 3% ou 4%. Por isso

temos de entrar em consideração que neste enquadramento económico talvez a taxa de desligamento seja um pouco acima de...

Mas, tendo dito isso, é, de facto, acima da média, se compararmos com professores e alunos, mas também porque professores e alunos têm contratos de três anos e muitos desses contratos ainda não estão a cristalizar.

Mas, no caso dos professores, verifica-se um outro aspecto. Como eles entraram muito cedo no Programa, existe, efectivamente, alguma insatisfação à volta da qualidade dos computadores que têm, porque a oferta que havia disponível não era a mesma que houve mais tarde, que, essencialmente, abrangeu os alunos. Por isso, diria que é talvez devido à capacidade de processamento e de memória dos PC a que os professores tiveram acesso que existe um nível de insatisfação maior. Mas ainda não começaram a traduzir isso em grandes desligamentos.

Nota-se, por outro lado, em alguns segmentos, nomeadamente no dos alunos, um nível de satisfação muito elevado. Não sei se, depois, isso se vai traduzir numa continuidade da ligação ou não, mas que, efectivamente, há um nível de satisfação muito elevado é verdade.

Por isso, estamos permanentemente a fazer *focus groups*, a fazer um permanente seguimento dos nossos clientes, para garantir que, quando e se os contratos de fidelização acabarem, teremos propostas boas para eles se manterem connosco e que serão, com certeza, bastante interessantes. Por isso, diria que são oportunidades porque são 12 meses, taxa de desligamento acima da média... Enquadramento económico, com certeza, tem também alguma coisa a ver com isso, por isso não lhe consigo precisar o que é percepção da oferta *versus* o não ser capaz de, neste enquadramento, pagar a mensalidade.

Não podemos também esquecer um outro aspecto. No nosso mercado, nos últimos 12/18 meses, assistiu-se a um revivalismo enorme do

fixo. Por isso, como sabe, a PT, na área fixa, é hoje um operador de referência mundial — estamos a crescer no fixo — e naturalmente que há aqui uma certa canibalização, se quiser, que também pode estar a contribuir para que as pessoas vejam mais valor no fixo *versus* o móvel. Por isso, são vários os critérios.

Em relação aos fluxos financeiros, capitalizámos, ou seja, demos para o património da Fundação o tal valor de um terço dos 25 milhões. A partir daí, fizemos acerto de contas. Aliás, tratou-se de uma resposta que dei logo no início: os três operadores tinham-se comprometido com 25 milhões e cada um deu um terço dos 25 milhões. E nós demos esse dinheiro para o património da Fundação. A partir daí, fizemos encontro de contas. Como disse, o fluxo é simples: compramos o computador ao fabricante por 540 €, a Fundação dá-nos esse dinheiro, o computador é entregue ao aluno, depois há uma série de preços — são 150 € —, pagamos um valor x pela activação do cliente e depois, durante a existência deste contrato de três anos, vamos pagando também um valor. Isso, depois, leva a que haja um encontro de contas que nós fazemos regularmente com a Fundação.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Peço desculpa de interromper.

O encontro de contas resulta... Se alguém tem a receber e eu tenho a pagar, faz-se encontro de contas. Mas essa entrega por cada activação é uma entrega em dinheiro que entra... Não tem nenhuma contrapartida, não é a venda de um produto.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Nós contabilizamos e o que, como sabe, tem acontecido é que temos sido credores. Por isso, como temos sido credores, temos recebido dinheiro... Como disse há pouco, já recebemos 143 milhões de euros, 23 do e.escolinha e 120 do e.escola. Isso resultou do encontro de contas que fizemos. Por isso, não há...

O Sr. Ramos Preto (PS): — Da acção social escolar.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — São encontros de contas essencialmente do programa que, no nosso caso, teve também acção social escolar, onde tivemos uma participação importante, até porque éramos o operador que ainda tínhamos o programa aberto. E tínhamos o programa aberto por uma razão: como tínhamos mais valor alocado, em termos de contrapartidas tínhamos mais dinheiro para poder suportar um programa desses.

Em relação aos 96 milhões de euros de dívida, pergunta como é que vou receber. Para nós, o Estado é risco, por isso, sinceramente, tenho de acreditar que o dinheiro virá de algum lado e que vamos receber,...

O Sr. Ramos Preto (PS): — Tem um contrato assinado.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — ...tal como tem acontecido sempre. No passado, se houve dívidas, elas foram pagas. Se vamos ou não cobrar juros, ainda não debatemos o assunto internamente. Temos prazos médios de pagamento típicos. Temos, pois, de analisar, mas diria que, no passado, nunca deixámos de receber. Trabalhamos de boa fé com o Estado e o Estado tem cumprido com todas as suas obrigações.

Em relação à Fundação, se houve...

O Sr. Presidente (Pedro Filipe Soares): — Distribuição de computadores, antes da Fundação.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Penso que sim. O programa já tinha começado antes. Houve distribuição de computadores antes da formalização de coordenação até por causa daqueles atrasos que — os

senhores até me indicaram as datas — têm a ver com o Fundo, que virou Fundação, etc. Por isso, sim, houve, mais uma vez com características definidas e preço máximo definido. Ou seja, tendo presente que as características que foram definidas pelo Estado e o preço máximo, nós comprámos os computadores e depois foram distribuídos. Ou seja, o que nós fizemos foi uma compra no mercado com base em características e preço máximo que estavam definidos pelo Estado.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Foi nessa altura que o interlocutor era o Dr. Mário Franco.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Diria que pode ter havido vários interlocutores. Penso que o nosso interlocutor foi o Ministério das Obras Públicas. Não vamos fulanizar, até porque podem ser vários intervenientes e, por isso, não queria que constasse o Mário Franco. É o MOPTC, e depois a gente fala mais com fulano, com sicrano... Mas diria que a nossa relação era com o Estado, com o Ministério.

O Sr. Ramos Preto (PS): — As operadoras entrariam nesse negócio se não fosse com o Estado?

O Sr. Presidente (Pedro Filipe Soares): — Sr. Deputado, essa é uma típica pergunta de advogado, que é para ajudar à resposta. Se o Sr. Engenheiro quiser aproveitar a ajuda...

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Sobre a sua pergunta se nós éramos intermediários ou não do *Magalhães*, nós não definimos as características nem o preço máximo. Efectivamente, com base nas características e no preço máximo, íamos ao mercado comprar e sempre tentámos garantir que

os nossos clientes tivessem a maior e a melhor oferta. Por isso é que nós conseguimos ter mais sucesso que os outros.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Mas estão a pagar à Youtsu e à Inforlândia apenas depois de receberem.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Penso que nós temos os contratos casados, se não estou em erro. O que quero dizer é que se nos pagam nós pagamos. Penso que há um casamento dos contratos e por isso, nesse aspecto, temos, diria, um *back to back*.

Há um tema em relação ao qual me disse que tinha de ter algum cuidado, porque é a *golden share* do Estado... Só queria deixar claro que, naturalmente, registo o que disse, mas queria dizer-lhe que tenho tentado responder o melhor que sei e que a *golden share* não tem nada a ver com isso.

O Sr. Presidente (Pedro Filipe Soares): — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Gonelha.

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Sr. Engenheiro, muito obrigado pelas suas respostas. Acho que têm sido elucidativas, no entanto gostava de precisar algumas questões — e não concluir nada, ao contrário de algumas pessoas nesta Comissão, que concluem muitas coisa muito rapidamente — e também dizer, em jeito de brincadeira, que é melhor não ir almoçar com o nosso Deputado Pedro Filipe Soares porque ele acha que «não há nenhum almoço grátis». Portanto, como para ele tudo tem contrapartidas, é melhor não o convidar para almoçar, nem ir almoçar com ele.

Mas, tirando isso, que disse em jeito de brincadeira, quero precisar o seguinte: como aqui foi referido pelo Sr. Engenheiro, a TMN não está

minimamente preocupada em receber os 96 milhões de euros, porque tem um negócio com o Estado e o Estado é uma pessoa de bem e até agora tem cumprido as suas obrigações. Portanto, quero desmistificar um pouco isso e, como também aqui foi referido, de tempos a tempos há encontro de contas, pelo que é natural que assim ocorra.

Em segundo lugar, já agora falando de valores, penso que também ficou aqui claro que os 14 milhões que a TMN ainda tem para atribuir à sociedade de informação como contrapartida das licenças UMTS — peço que me rectifique se não for assim — estão em aberto porque os programas também ainda estão a decorrer, ainda não foram concluídos e, portanto, não podemos concluir que não foram gastos 14 milhões porque os programas estão a decorrer.

Por outro lado, também gostava de frisar o seguinte, que muita gente parece esquecer: no contrato das licenças UMTS, as contrapartidas eram para ser feitas em 15 anos. Ora, os 15 anos acabam em 2015/2016, estamos em 2010 e só faltam, dos 532 milhões, 14 milhões para serem aplicados, o que quer dizer que o Estado cumpriu o seu papel nestas contrapartidas ao requerer essas contrapartidas.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Ou ofertas especiais.

O Sr. Luís Gonelha (PS): — «Contrapartidas» (entre comas), como eu sempre disse.

Quero dizer também que se tenta fazer aqui muitas vezes uma confusão com as datas: dizem que foi assinado num dia, mas que faz-se... Tenta-se baralhar.

Só faço uma pergunta para tentar esclarecer as datas todas: a TMN adquiriu ou distribuiu algum computador nos Programas e escola e

e.escolinha sem estarem previamente definidas as características de um ou de outro? É esta a pergunta directa que faço.

Se toda a gente está aqui a levantar suspeitas de que só foi assinado um protocolo já passado um ano de o programa estar instituído, de que parece que o protocolo é assinado com as características conforme o programa vai andando, eu coloco a seguinte questão: então porque é que, no dia 15 de Setembro de 2008, foram entregues — de acordo com aquilo que o nosso convidado de ontem aqui referiu, no sentido de que recebeu um *mail* com as características do computador para o e.escolinha, com características idênticas àquelas que depois vieram a aparecer no protocolo... Qual é a confusão? O protocolo foi assinado um ano depois. Não percebo qual é a vossa questão...

O Sr. Jorge Costa (PSD). — Não há contrato.

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Ah, é porque não há contrato? Não, já há um memorando de entendimento entre as operadoras.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Não, não há!

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Desculpe, não há contrato, mas uma coisa é certa: não houve nenhuma mudança de características desde a altura em que se comprou o primeiro computador e desde a altura em que se iniciou o programa até ao final. Não houve alteração nenhuma de computador nenhum e a questão é esta: se nós sabemos que o programa começou num dia, os contratos só foram assinados passado x tempo, mas no dia em que começou o programa já estavam definidas as características. Houve alguma alteração de características? A TMN adquiriu algum

computador sem ter as características definidas, quer num programa, quer noutra?

As características são: preço máximo e as características mínimas.

Também gostava que realçasse aqui o trabalho dos operadores na negociação desses computadores, porque como aqui disse, e bem, há pouco, no e.escola, no e.professor... Começou mais cedo, o computador tinha... Aquilo que conseguiram comprar cumpria as obrigações mínimas de especificações, mas os últimos computadores que forneceram já tinham muito mais qualidade. Isto quer dizer que houve uma melhoria na oferta, mas não se alteraram as especificações mínimas e o preço máximo.

Também me faz alguma confusão — isto é um aparte, Sr. Presidente, se me permite — que toda a gente esteja muito preocupada se os dinheiros eram públicos, que devia haver concursos e que não sei quê, não sei que mais... Mas, depois, de repente, o Ministério da Educação faz concursos. Agora toda a gente é contra os concursos públicos. Isso é uma coisa que eu não percebo. Está toda a gente a fazer muita confusão porque é que o Ministério da Educação agora, no novo programa, faz um concurso público.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — É ao contrário. É porque não fez antes!

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Pois, vocês queriam que fizesse antes, mas agora estão preocupados porque é que faz. É uma confusão.

Para terminar, queria perguntar o seguinte: nunca houve a definição de características no início, apesar de os contratos não estarem postos a escrito? Adquiriu ou não algum computador sem essas especificações? Só houve alteração das especificações no meio de algum concurso? A TMN esteve ou não envolvida na definição de especificações, quer do e.escola, quer do e.escolinha?

O Sr. Presidente (Pedro Filipe Soares): — Tem a palavra o Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Em relação aos 14 milhões, sim, os programas estão abertos, estão a decorrer. Se as pessoas forem ao *site* da TMN podem verificar que os programas estão abertos. Por isso, no dia em que esgotarmos esse valor os programas estão fechados, será dado como finalizado o programa e será o fim das contrapartidas da TMN. Nas outras contrapartidas, como disse, acho que há uma auditoria que está a decorrer. É nossa convicção que já cumprimos tudo e por isso vamos aguardar o trabalho da auditoria que penso que é a KPMG que está a fazer, deixar que eles façam esse trabalho e depois penso poder confirmar-vos aquilo que é a nossa convicção de que já fizemos tudo o que temos de fazer.

Em relação à data dos 15 anos de licença, o nosso entendimento é o de que são 15 anos a partir do lançamento comercial do serviço. Por isso, 2004 mais 15 dá 2019. Pelo menos, é essa a interpretação que nós temos.

Relativamente à pergunta se comprámos computadores sem que as características estivessem definidas, respondo que não. As características estavam definidas e nós comprávamos com base em características técnicas e preço máximo. Com isso, íamos ao mercado e escolhíamos o equipamento.

Perguntou-me se, de facto, a qualidade do equipamento melhorou no tempo, e digo-lhe que melhorou. Ou seja, sempre respeitando as características, conseguimos, com o mesmo preço, ir buscar computadores melhores, porque, como sabemos, os equipamentos têm caído, em termos de preço, isto é, o preço dos equipamentos caiu e optou-se por manter um investimento no equipamento naquele preço máximo e traduzir isto em mais contrapartidas para quem obteve o computador. Por isso, se analisar,

no tempo, a qualidade dos computadores melhorou e, por isso, há pouco, fiz esse comentário sobre os professores, que são, de facto,... Como eles entraram mais cedo, tiveram aqueles primeiros computadores e essa é, talvez, uma das áreas de insatisfação deles.

Em relação à questão sobre se a TMN definiu as características, não, não definiu as características. As características foram-nos dadas, incluindo o preço, e nós cumprimos aquilo que nos foi pedido.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Zeinal Bava, começo por fazer uma pequena precisão: no relatório e contas da PT as licenças UMTS apontam para uma data até 2015, portanto, presumo que, agora, vamos ler 2019.

Quero dizer-lhe o seguinte, Sr. Engenheiro: sou cliente dos vossos produtos e percebo que são produtos de grande qualidade, mas, hoje, gostava de dar também os parabéns ao *briefing*, porque não ficou nada aquém dessa mesma qualidade, já que respondeu com grande precisão e algum pormenor em algumas questões.

O Sr. Engenheiro já respondeu a esta pergunta, mas quero formulá-la numa perspectiva diferente: os 25 milhões deveriam ser dados em 20%, 40% e 40% para a Fundação, mas, na cláusula 5, estabelece-se que o Estado, a qualquer momento, pode solicitar contributos adicionais. Sei que fizeram com descontos a partir daí, mas o que quero saber é se, em algum momento, o Estado pediu mais contribuições, a que a operadora, por exemplo, tenha respondido «não», já só em contrapartidas para o Fundo e não propriamente para os programas...

O Sr. Ramos Preto (PS): — Não é Fundo, é Fundação!

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sim, para a Fundação, não propriamente para nenhum programa ou actividade, porque previa... Gostava que respondesse, para, no fim, podermos saber se devemos só contabilizar esse valor ou se terá havido solicitação de um outro.

Quero também perguntar-lhe, e serei muito breve, se conhece ou se nos pode informar se existe, hoje, no mercado, um outro produto compatível, parecido, em qualidade e preço, com o *Magalhães*.

Outra pergunta que quero fazer tem a ver com algo que já foi dito, anteriormente, pelos colegas e pelos outros operadores.

A Caixa Mágica, por exemplo, disse-nos: «Bom! Nós soubemos pela imprensa e quisemos, imediatamente, pôr-nos disponíveis».

A Vodafone disse que soube no dia 30, mas recebeu um *e-mail* três dias depois e, logo que o recebeu, percebeu, imediatamente, que estava perante um mercado com algum potencial, percebeu que não queria ficar para trás, aliás, foram as palavras utilizadas.

Percebo que, de facto, isto, do ponto de vista empresarial, suscitasse alguma apetência e, por isso, quisessem, imediatamente, consultar o mercado, para não ficarem para trás. Aliás, inclusivamente, até terão comprado para lá daquilo que, hoje, podem considerar razoável.

Isto leva-me a perguntar como é que a PT funcionou, ou seja, qual a relação com a Prológica e a Youtsu, se foram contactados, se alguém vos informou da existência dessas empresas e se nos pode dizer como é que essas empresas apareceram.

Gostava de terminar, dizendo uma coisa com toda a seriedade: às vezes, dá a sensação de que estamos a querer brincar com as datas, de que estamos a querer fazer confusão.

Sei que conhece bem o Sr. Craig Barrett, Presidente da Intel, que estive na tal cerimónia e disse à RTP «a escolha do *Magalhães* não é

nossa, é uma escolha portuguesa». Nesse dia 30 de Julho, assinou um memorando, onde a Intel tinha a obrigação de encontrar, no mercado, no País, uma empresa capacitada para produzir *Magalhães* para o mercado nacional e para o mercado internacional. No dia 30 de Julho, quando o senhor assina, já lá estava a JP Sá Couto, porque ficámos todos a saber, nesse mesmo dia, que existia a JP Sá Couto, e já lá estava um computador *Magalhães*, num pedestal, como todos tivemos oportunidade de ver na televisão, e já tinha especificações que, na altura, ainda não estavam definidas. Talvez aquele *Magalhães* não soubesse navegar, fosse só uma caixinha, mas já lá estava!...

Portanto, não estou a falar na data de Abril, para as especificações, porque foi quando se assinou o acordo, estou a falar no dia 30. E, obviamente, gente com qualidade, atenta aos fenómenos, também sabe, seguramente, que este computador é uma adaptação, para Portugal, do *classmate* da Intel. É conhecedor da matéria e, portanto, deve ter olhado para o computador e pensado «ora, aqui está o *classmate* traduzido em bom embrulho, azul, bonitinho».

Se, ainda assim, não lhe suscita nenhuma dúvida ou curiosidade, acredito, mas fico surpreendido com essa não existência de dúvida.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hélder Amaral, tomo boa nota do que disse sobre o meu relatório. É isso, em relação a 2000/2015, vamos ter de rectificar, provavelmente, pelo que agradeço a chamada de atenção. Vamos tomar muito boa nota, para ver se, no relatório que vamos publicar agora, corrigimos essa data, porque a nossa interpretação é a de que, de facto, é 2004 — data de lançamento, Abril — e mais 15 anos. Por isso, agradeço, de facto, essa chamada de atenção.

Em relação à contribuição em dinheiro, foi o que disse, e repito: um terço dos 25 para constituição do património da Fundação...

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Nunca lhe pediram mais?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Não, mais nada.

Perguntou-me se há outro produto compatível com o *Magalhães* e devo dizer-lhe que penso que o *Magalhães* tem algumas especificações que têm a ver com o líquido,...

Aparte inaudível na gravação.

Exactamente! Essas especificações diferenciavam-no do *classmate* e, em termos de preço, também tinha uma definição de preço mais agressiva, porque era mais baixo.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Hoje, já não?...

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Hoje, já não, mas, naquela altura, era. Por isso, se hoje há outros computadores compatíveis, parecidos ou iguais, ou melhores, é possível que haja, mas não é propriamente um mercado para que estejamos a olhar, até pela razão de, como disse há pouco, as ligações que conseguimos ir buscar, em cima deste computador, terem ficado aquém das expectativas.

Por isso, apesar de ser um segmento interessante e importante, no qual a Portugal Telecom teve o maior orgulho em poder participar, não me parece que o modelo de negócio ainda esteja maduro para investirmos mais nesta área.

Nessa medida, não consigo fazer um *update*, no sentido de lhe dizer se há igual, melhor ou pior, porque não estamos a olhar muito para este segmento, até pelos resultados que foram obtidos.

No que diz respeito à relação com a Prológica e a Youtsu, temos uma área de compras, quando as especificações técnicas e o preço foram definidos, a área de compras consultou várias entidades no mercado. A relação que temos com essas entidades resulta, essencialmente, das consultas que fizemos. Penso que fizemos consultas a quatro entidades e, tendo feito essas consultas, encontrámos dois distribuidores, como disse, a Inforlândia e a Youtsu, a quem comprámos, no caso da Inforlândia, o máximo que podíamos ter comprado, por causa das licenças da Microsoft, que, como disse, estavam a ser subsidiadas para este programa.

Tivemos, efectivamente, como disse, no Programa e.escola, o cuidado de avançar com outro tipo de *software*, que promovia, acima de tudo, o Linux, que, como sabe, está muito mais alinhado com a própria cultura da Portugal Telecom.

Em relação ao evento, não entendi o alcance da sua última pergunta, pelo que peço desculpa, mas, de facto, estive naquele evento, vi, assisti. Conheço bem o Craig Barrett...

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Mas dou-lhe um dado, Sr. Engenheiro. É que o memorando que assinou...

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Sim...

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — ... diz que a Intel tem de procurar no mercado uma empresa com capacidade para produzir o computador *Magalhães* para o mercado nacional... Ou devia procurar uma empresa. Mas, nesse mesmo dia,...

Aparte inaudível na gravação.

Não! Diz que a Intel tem de procurar capacitação nacional para produção do computador com aquelas especificações.

Mas, nesse mesmo dia, juntamente com o *Magalhães*, foi apresentada a JP Sá Couto e o próprio do computador *Magalhães*. Só por isso é que pergunto se, ainda assim — e já fizemos esta pergunta a toda a gente —, não suscitou dúvidas a ninguém. E porquê? Porque as especificações desse computador, à data, não estavam definidas.

Na verdade, nós sabemos que, três dias antes, a JP Sá Couto, o presidente da câmara e o próprio Craig Barrett anunciaram, no Norte, a constituição de uma fábrica para produzir o *Magalhães*. Portanto, ainda assim, ninguém achou estranho não haver especificações de um computador que, afinal, já existia.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Vamos ver, Sr. Deputado. Do nosso lado, é o que eu disse, quer dizer, nós, tendo uma definição de preço e de características, vamos ao mercado comprar esse equipamento. Aliás, digolhe que o *classmate* já existia há muito tempo, não era nada de novo e, de facto, a coincidência...

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — O Negroponte anuncia esse tipo de computadores bastante antes, num fórum de dados. Toda a gente sabia que esse produto existia no mundo.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Por isso, se me perguntar, até conheço programas que foram feitos em cima do *classmate*, no México. Como sabe, também temos uma relação muito próxima com a Telmex, nessa matéria.

Por isso, diria que nós cumprimos com as características e com os preços. Não tenho muito mais a acrescentar em relação a essa matéria.

Entretanto, reassumiu a Presidência o Sr. Presidente Miguel Macedo.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Zeinal Bava, começando pela ordem histórica, quero precisar o que disse e ter a certeza de que percebi bem.

Disse-nos que não deram nada, não houve contribuição nenhuma, por parte da TMN, para o Fundo para a Sociedade da Informação, porque não foram interpelados nesse sentido. Confirma-me esta informação?

Posso fazer as perguntas ou pode responder... Não sei se o Sr. Presidente...

O Sr. Presidente: — Desde que o Sr. Deputado não gaste mais tempo do que aquele de que dispõe para fazer as perguntas, por mim, não há qualquer problema, torna até mais viva a audição.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Então, Sr. Engenheiro, confirma-me essa informação?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Sim, nós não metemos o dinheiro, porque não fomos interpelados — já o tinha dito e repito.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — E confirma-me também, porque é exactamente o que está no contrato assinado no dia 5 de Junho de 2007, que, para o Fundo para a Sociedade da Informação, a TMN tinha previsto a dotação para esse Fundo de um montante máximo até 27 milhões de euros, em *cash*, em dinheiro — é isso que está no contrato —, e, desses 27 milhões de euros, apenas fez uma dotação de 8 milhões de euros, equiparada aos restantes operadores.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Lamento, mas esses 27 milhões de euros não encaixam com a informação que tenho. A única dotação que nós fizemos para o património da Fundação foi um terço dos 25 milhões de euros, cerca de 8,5 milhões.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — No entanto, no contrato, em 5 de Junho de 2007, é definido o montante global dos 532 milhões de euros, mas refere-se também que o compromisso irá ser consubstanciado em contribuições adicionais em dinheiro para o Fundo para a Sociedade da Informação, até ao montante de 27 milhões de euros. Este dinheiro estaria também englobado e deveria ter sido canalizado, depois, para a Fundação.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — O que lhe posso dizer é que, efectivamente, a nossa única contribuição em dinheiro foi um terço dos 25 milhões. A partir daí foram encontros de contas. Esta é a informação que tenho aqui, comigo. E, sinceramente, até me estou a socorrer, um pouco, da memória, mas penso que o único valor foi exactamente esse, o resto foi encontro de contas.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Aqui a questão que se coloca é a de saber se o Estado estaria ou não em condições — era aqui que queria

chegar, mas, pela resposta que me deu agora, depreendo que não me saberá responder — para pedir mais dinheiro à TMN, até esse montante de 27 milhões de euros, para fundo próprio da Fundação. Mas, se não me souber responder agora, agradeço que, se possível, dê a resposta depois, a esta Comissão, por escrito, porque também será importante para os nossos trabalhos. Isto, se o Sr. Presidente não se importar que faça o pedido nestes moldes...

O Sr. Presidente: — Não, Sr. Deputado. Se o Sr. Engenheiro, depois, quiser fazer o favor de nos fazer chegar essa informação...

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Não tem problema nenhum. A informação que tenho é a de que a única contribuição financeira foi de um terço dos 25, mas vou confirmar e, depois, darei, com certeza, a informação à Comissão, para confirmar esse detalhe. De memória, tenho apenas um terço dos 25 e tenho quase a certeza de que foi esse o valor, mas irei confirmar e mandarei a informação por escrito.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Quero, então, sintetizar o diálogo que tivemos, porque a conclusão que se tira é a de que não foi pedida à TMN a capitalização do Fundo, até à constituição da Fundação, apesar de já estarem a ser executados programas no âmbito do e.escola, e só após a constituição da Fundação é que foram pedidos à TMN os tais 8 milhões de euros, para serem capitalizados na Fundação. A isto não precisa de me responder, Sr. Engenheiro, porque estou a fazer afirmações e a interpretar...

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Está em linha com o que eu disse. Exactamente.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Quero ainda fazer-lhe uma pergunta, porque há um facto que tem sido muito utilizado para a criação de alguma névoa à volta do Programa e.escolinha, que é o facto de o programa ainda estar a decorrer e de os utilizadores poderem, ainda agora, fazer a activação do produto. Pergunto: desde que acabaram as distribuições de computadores, em Junho do ano passado, ou, melhor, neste ano lectivo, desde Setembro até agora, tiveram algumas activações de acesso à banda larga ou essas activações aconteceram todas aquando da distribuição dos computadores?

Coloco, agora, todas as questões e o Sr. Eng.^a responderá no final, isto para o Sr. Presidente não me tirar a palavra, pois já estou a ver, pela sua cara, que o tempo está a esgotar-se.

Sr. Eng.^o, gostava também de precisar, porque isto é relevante — e como eu há pouco disse não há almoços grátis — que uma acção de promoção de um computador feita com o Craig Barrett é uma acção que, particularmente, a um engenheiro diz muito e chama bastante a atenção, isto para além de ser uma acção apadrinhada pelo governo português e que a par da apresentação desse computador também lançou um programa onde esse computador se encaixava e por isso uma acção destas tem uma força tremenda e direcciona a escolha dos operadores nesse sentido.

Mas, já agora, e porque o Sr. Eng.^o é um conhecedor da matéria, gostava de saber qual é o tempo que acha que é necessário, pelo conhecimento que tem do sector em questão, para a preparação da distribuição dos computadores. E pergunto isto porque a indicação que temos, por parte os outros fabricantes, é que serão necessários de quatro a seis meses para uma marca estar preparada para poder distribuir computadores.

Ora, tivemos o lançamento do *Magalhães* em 30 de Julho, a 15 de

Setembro saíram as características e a 23 de Setembro foram distribuídos 3000 computadores que devem ter sido produzidos no dia anterior... Por isso entendemos que essa preparação terá sido feita muito tempo antes, pelo que gostava que me desse a sua opinião, enquanto técnico, sobre esta questão.

Gostaria ainda de precisar o papel da TMN na distribuição do *Magalhães*, porque eu, compreendo quando o Sr. Eng.º disse que o Programa e.escolinha era importante, porque era um incentivo que a TMN dava e uma marca que a TMN deixava no crescimento dos alunos do 1.º ciclo, vejo que os senhores também aqui estão a tentar usurpar alguns dos méritos do Governo, porque, na realidade, foi o Governo que pagou grande parte dos computadores que foram distribuídos — e isto foi dito pelas três operadoras —, através da Acção Social Escolar, sendo que, segundo as contas de multiplicar que podemos fazer, verificamos que 400 000 computadores vezes o preço de custo, levam-nos ao montante de cerca de 80 milhões de euros, valor muito acima dos 11 milhões de euros com que a TMN entrou neste programa.

Finalmente, reforço este ponto: em algum momento foi perguntado à TMN se estaria ou não em condições de integrar, nas mesmas condições iniciais, o novo Programa e.escolinha? Alguma vez foi perguntado à TMN quais as contrapartidas que a TMN ainda achava que devia? Esses montantes eram ou não aceitáveis? A TMN estava ou não disposta a entregá-los ou a aplicá-los num novo Programa e.escolinha?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Sr. Deputado, não lhe consigo precisar se as activações foram feitas quando os computadores foram entregues ou a partir de Setembro, mas eu estou em crer que, provavelmente, terá sido

quando os computadores foram entregues, pois, tipicamente, na entrega dos computadores eram feitas campanhas de promoção no local pelos operadores naquele momento, que era um momento de impulso de ter o computador e de querer ligar-se à *net*, sendo por isso o melhor momento de comunicar uma oferta, oferta essa que, como sabe, era subsidiada pelos operadores.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Então, com um intervalo de confiança bastante razoável, acha que podemos dizer que actualmente já estamos em condições de avaliar os custos do Programa e escolinha quer para as operadoras quer para o Estado, devido a essa condicionante das activações serem feitas no momento da distribuição dos computadores, momento esse que terminou vai fazer em Junho um ano?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Eu diria o seguinte: nada impede que as pessoas que têm o *Magalhães* possam, hoje, ligar-se de novo à *net*, mas se me disser que o grande impulso da activação terá sido nos primeiros tempos em que as pessoas tiveram o computador, naturalmente que assim é, porque se você tem um computador quer ligá-lo à *Internet* e vai querer fazê-lo logo quando está de posse do computador.

Por isso, se me perguntar se a probabilidade de conseguir traduzir aquele computador numa ligação à *net* cai vertiginosamente com o passar do tempo, dir-lhe-ei que essa possibilidade cai vertiginosamente com o passar do tempo, mas isso não invalida que quem tenha hoje um computador não possa dizer quer ligá-lo só agora à *net*...

Mas, de facto, os primeiros tempos são os tempos críticos e é onde, efectivamente, concentramos também mais comunicação com as pessoas com vista à angariação de um cliente através desse computador.

Em relação ao tema da escolha dos operadores, quero dizer que os

operadores não definiram nem as especificações nem os preços máximos, por isso é preciso ter presente que os operadores, com base nas especificações e os preços máximos, compraram os computadores no mercado e o que tentaram todos garantir foi que tinham marcas que eram competitivas, algumas delas bem conhecidas, outras menos bem conhecidas justamente para garantir que o potencial aluno, professor, e oportunidades, tivesse uma escolha alargada e que cada um pudesse escolher o computador que fosse ao encontro das suas necessidades e, neste caso, a TMN em particular, investiu numa oferta muito abrangente no seu *site* e penso que essa foi uma das razões pela qual nós tivemos mais sucesso que os outros.

Em relação à capacidade de montar 3000 computadores em quanto tempo, não é uma indústria que eu domine, mas creio que isso também depende do que estamos a falar... Se estamos a falar em colar peças, de uma mera montagem, ou se estamos a falar de... Não faço ideia, por isso a resposta à sua pergunta depende muito daquilo que, efectivamente, foi feito para habilitar esses computadores. Não sei se foi só um *facelift* de computadores que já existiam... Não faço ideia, como deve imaginar.

Se é exequível fazer isso em tempo útil ou não, não sei, depende. Eu nunca vi, não conheço esses equipamentos e por isso não sei, mas, claramente, que isso tem implicação... Se me perguntar quanto tempo demora fazer um computador de raiz para 3000 unidades, também não lhe sei precisar, porque não sei qual a dimensão da linha de produção, não faço ideia e por isso não lhe sei responder. Não conheço, nunca visitei as fábricas, nomeadamente estas em particular, e como eu disse a nossa ligação foi com a Youtsu e com a Inforlândia, fruto de uma consulta que fizemos na área das compras e não foi para lá disso.

Em relação ao novo Programa e escolinha não conheço esse programa.

A contribuição que fizemos foi de 11,5 milhões de euros...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Então, não foram contactados para este novo programa?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Que eu saiba... Eu não tenho conhecimento de nenhum contacto.

Nós subscrevemos 11,5 milhões de euros à cabeça e, já agora, quero dizer-lhe que, sobre a usurpação dos operadores deste programa, é preciso ter presente que os operadores investiram muito na Sociedade de Informação e esse foi um projecto onde alguns de nós, pelo menos, tivemos de colocar a valência do nosso grupo, o conhecimento do nosso grupo, a logística, a distribuição de forma a para fazer acontecer um programa, que é muito complexo.

Por isso não se trata de usurpação, trata-se, sim, acima de tudo, de canalização de fundos que estavam destinados para promover a Sociedade de Informação num projecto que foi considerado de interesse público.

Portanto, não tenho conhecimento do novo Programa e escolinha e, que eu saiba, nunca fomos contactados para isso.

Creio que respondi a todas as questões que...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Sr. Eng.º, falta só responder à pergunta sobre se concorda com a percepção geral de que o lançamento de um computador apadrinhado pelo Craig Barrett e a criação neste mesmo dia de um programa no qual esse computador se adequava da perfeição é um enorme instrumento de *marketing* e de publicidade e condiciona, quanto mais não seja, de forma indirecta, a escolha dos operadores.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Sr. Deputado, o que condiciona a

escolha dos operadores são as especificações que foram definidas e o preço máximo e foi com base nessas especificações técnicas e no preço que nós consultámos o mercado, foi a única coisa que fizemos, nós, TMN, e foi o mesmo que fez a Vodafone e a Optimus. Os três operadores fizemos a mesma coisa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, antes de começar a fazer as perguntas ao Eng.º Zeinal Bava tenho uma questão para colocar a V. Ex.ª.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava, há pouco, recusou-se a responder a três questões concretas que coloquei acerca da receita gerada com o fornecimento de serviços resultantes do e.escola e do e.escolinha, acerca da quota de mercado TMN neste segmento antes e depois do e.escola e acerca do peso relativo do e.escola nesta quota de mercado TMN.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava não invocou ao abrigo de que regime se recusou a responder e disse apenas que — e penso que foi esta a expressão que usou —: «nós não fornecemos esses dados».

Eu penso que se terá referido presumivelmente a opções de política da empresa e isso seria, eventualmente, aceitável se estivéssemos, por exemplo, na Comissão Parlamentar de Obras Públicas, numa reunião normal, mas nós estamos numa Comissão de inquérito e o facto de o Sr. Eng.º se recusar a responder é crime de desobediência qualificada.

Ora bem, o Sr. Eng.º falou abertamente do dinheiro que recebeu e que tem a receber da Fundação, falou do dinheiro que investiu nos programas, falou do dinheiro que tem ainda para investir daqui para a frente, mas não quis falar do dinheiro que recebeu das pessoas e não quis falar da receita que obteve com o fornecimento de serviços resultante do

e.escola.

Na verdade, não se trata simplesmente de informação comercial, por exemplo, trata-se, sim, das circunstâncias em que o e.escola se concretizou e disso está a Comissão de inquérito a tratar.

Portanto, Sr. Presidente, antes de colocar questões, penso que, de forma concreta, terá sido esta a primeira vez que na Comissão de inquérito uma pessoa se recusa a responder de forma concreta a uma questão.

Se há alguma razão, ou algum regime específico ao abrigo do qual o Sr. Eng.º Zeinal Bava se recusa a responder, então teremos que apreciar e ponderar esse enquadramento, mas, em todo o caso, a informação tem que ser prestada, porque há uma pergunta que tem de ser respondida.

Esta matéria terá de ser resolvida, o Sr. Eng.º Zeinal Bava poderá prestar esta informação à Comissão de inquérito, mas, em todo o caso, como é bom de ver, e estamos a falar de matéria que foi abordada explicitamente por representante de outras operadoras nesta semana, inclusivamente a quantificação dessas receitas, e, portanto, se se trata de informação considerada confidencial ou concorrencial, também temos formas de tratar essa informação nesta Comissão.

De todo o modo, registo que a TMN é a única operadora que se recusa a prestar essa informação.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, posso responder-lhe como Presidente da Comissão, dizendo-lhe que eu não entendi as palavras do Sr. Eng.º Zeinal Bava como uma recusa de prestar informação à Comissão, mas, sim, dizendo que esse tipo de informação, não atentando estarmos numa comissão de inquérito, não é política da empresa ser prestada no âmbito do depoimento que estava aqui a ser feito.

O Sr. Eng.º dirá o que entender sobre esta matéria, sendo certo que se o Sr. Eng.º entender que essa é matéria reservada da empresa, nós já aqui

adoptámos um procedimento, que, de resto, foi adoptado a solicitação de outras empresas, para o tratamento dessa informação, que é requerida como confidencial por parte dessas empresas.

Portanto, neste caso, se o Sr. Eng.º pretender não prestar em voz alta, digamos assim, a informação nesta Comissão, não se pode retirar dessa situação a ilação de que o Sr. Eng.º se está a recusar a prestar essa informação, desde que, e certamente isso acontecerá, essa informação seja prestada por outra via, designadamente por escrito e nesse caso essa informação terá o tratamento que ficou convencionado dar à informação mais sigilosa.

Quero com isto dizer que não se trata de nenhum tratamento de favor em relação à PT nem ao Sr. Eng.º Zeinal Bava, porque este tipo de procedimento já foi seguido em relação a outras empresas e, portanto, sem prejuízo da capacidade de a Comissão de inquérito ter acesso às informações que reputar essenciais para o seu objecto, faremos o procedimento normal que tem lugar nestas circunstâncias, sendo certo que, é bom não esquecer, nesta Comissão de inquérito nunca aconteceu e presumo que nunca irá acontecer, mas pode ser requerido que os trabalhos da comissão de inquérito decorram à porta fechada. Portanto, atenta a delicadeza das matérias — embora não seja isso que se passa nesta Comissão — este é o procedimento normal.

Quero, pois, deixar claro que não entendi as palavras do Sr. Eng.º Zeinal Bava, naquelas circunstâncias, como uma recusa de prestar esclarecimentos, mas como o Sr. Deputado volta a colocar a questão, vamos dar a palavra ao Sr. Eng.º, sendo certo que, se for solicitado esse tratamento especial para esse tipo de informação da empresa, nós actuaremos conforme os procedimentos que prescrevemos para esta situação e que estão assentes desde o início nesta Comissão de inquérito.

Tem a palavra o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer as suas palavras e dizer que acho injusto o depoimento do Sr. Deputado Bruno Dias e lamento-o profundamente.

Tentei responder a todas as perguntas que me foram colocadas, no entanto, não lhe reconheço, nem a si nem a nenhum outro Deputado, o direito de me levar a incumprir com o meu dever fiduciário como administrador e presidente da PT.

A única razão pela qual não dei uma resposta directa às perguntas colocadas pelo Sr. Deputado teve a ver com o facto de que elas violam o que consideramos ser o sigilo do negócio da PT.

Nós, na PT, só para ter conhecimento — e talvez não o tenha e passe a ter a partir de agora —, nem sequer damos a conhecer o número de ligações de banda larga móvel aos nossos accionistas. Talvez não saiba disso e passe a saber a partir de agora.

Por isso, não podia deixar de dizer que lamento e considero muito injusta a sua interpelação.

Como já disse, tentei dar as respostas todas que considerei que eram importantes e relevantes para os trabalhos desta Comissão, todavia acho que algumas das perguntas que me fez... Entendo que um concorrente nosso tenha, de alguma forma, disponibilizado mais informação, aliás é o concorrente que menos sucesso teve neste programa e talvez ele devesse ter partilhado com a Comissão quanto é que gastaram para ganhar a liderança do segmento jovem, e não o fez...

Por isso eu diria apenas o seguinte: estou sempre disposto a colaborar, mas sempre dentro daquilo que considero que é o meu dever fiduciário e o sigilo profissional da minha empresa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, desculpe, mas pela resposta dada, percebeu se a informação vai ser dada? É que eu fiquei com a ideia de que não vai ser dada.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Sr. Bruno Dias, essas matérias, que são matérias procedimentais, nós temos tratado fora deste enquadramento e acho que essa matéria também podemos tratar de forma adequada tendo em conta a resposta que foi dada, pois não tenho dúvida de que conseguimos acertar os procedimentos adequados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, quero apenas registar que trataremos desta questão mais adiante.

Todavia, ficam registadas em acta as palavras do Sr. Eng.º Zeinal Bava quanto à eventual responsabilidade fiduciária, enquanto concerne aos accionistas, e eu quero dizer que, na minha interpretação, isto significa a afirmação de que não vai prestar essa informação.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe para colocar as questões. Creio que esta matéria é fácil de resolver...

O Sr. Bruno Dias (PCP): — E vamos resolvê-la, certamente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, esta matéria é fácil de resolver do ponto de vista legal, pois está previsto na lei o procedimento em relação a esta matéria. Como V. Ex.^a sabe a lei que rege o funcionamento das comissões de inquérito acompanha de perto aquilo que está previsto na lei do processo penal.

Esta é, pois, uma matéria muito simples de resolver... Em dois minutos com três juristas nesta sala resolve-se rapidamente o problema.

Portanto, queria fazer as perguntas, Sr. Deputado, porque...

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Sr. Presidente, se me permite, eu não queria deixar de dizer que presto toda a informação naqueles que são os limites da lei, no entanto não aceito as ameaças de crimes ou do que quer que seja para ser obrigado a responder a coisas que vão para lá dos direitos da lei e por isso, Sr. Deputado, nem a si nem a ninguém, admito esse tipo de ameaças.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, se o senhor esclarecer esta questão que foi levantada pelo Sr. Eng.º Zeinal Bava, fica esclarecida, se não esclareço-a eu. É que o Sr. Eng.º falou-se em ameaças e em crime de desobediência...

O Sr. Presidente: — Ó Sr. Deputado, eu não vou esclarecer coisa nenhuma, porque não me cabe a mim esclarecer...

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, é para resolver um equívoco que pode ter sido criado...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Bruno Dias, eu não vou esclarecer as palavras do Sr. Eng.º nem as suas — isto que fique muito claro —, pois não é esse o meu papel nesta Comissão.

Agora, o que eu estou a dizer é que uma matéria destas não tem qualquer dificuldade em ser resolvida com a aplicação da lei, ponto final.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava é, certamente, respeitador da lei, como eu, como qualquer um dos Srs. Deputados é e, portanto, é no quadro do que

está preceituado na lei que temos de cumprir os nossos deveres — nossos, do Sr. Eng.º e de todos nós que estamos numa comissão de inquérito.

Portanto, para não perdermos mais tempo, até porque já passa da meia-noite e meia, gostava que o Sr. Deputado colocasse as questões, sendo que depois trataremos dessa matéria de forma expedita, razoável e de acordo com as exigências da lei.

Tem, então, a palavra Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, trataremos isto de forma expedita e razoável, mas não fica sem resposta a referência à sugestão de ameaças que o Sr. Eng.º Zeinal Bava me atribuiu.

De facto, eu quero dizer-lhe que aqui não se fazem ameaças; aqui fala-se da lei e do objecto da comissão de inquérito.

Portanto, não fique a pensar que são ameaças, não se assuste quando eu falo em crime de desobediência qualificada, não reaja com a referência a ameaças, por favor, pois quando eu estou a falar da lei das comissões de inquérito e dos inquéritos parlamentares é nesse sentido que as questões são colocadas.

Isto da mesma forma que dispenso saber, neste momento, aquilo que V. Ex.^a aceita ou não aceita da minha parte ou da parte de outro Sr. Deputado qualquer a referência a ameaças, sendo despropositada, gratuita e não se justifica.

Gostava de registar que o Eng. Zeinal Bava é a única pessoa fora do Governo que não se lembra do momento em que conheceu o projecto *Magalhães*. Há imagens, há uma recordação difusa e a forma como a questão foi apresentada à empresa que o senhor representa passa um bocado incólume na grande dimensão, que naturalmente ninguém discute, da empresa que dirige.

Em todo o caso — e falou de uma especificidade que supostamente

justificaria a solução única que apontaria para o *Magalhães* — eu gostava que nos pudesse esclarecer sobre o conhecimento que teve e tem enquanto administrador da PT e da TMN sobre um outro produto, e porque falou há pouco do Prof. Negroponte — que existe no mercado até há mais tempo que é o *One Laptop per Child*, projecto do qual saiu a Intel e depois criou o Intel *classmate*, que, em Portugal, se chama *Magalhães*.

Em relação ao acordo e ao dinheiro, o encaixe que foi comprometido entregar ao Fundo para a Sociedade de Informação — e esta questão já foi colocada —, o Sr. Eng.º diz que não se recorda, e essa é uma questão que ninguém pode resolver agora aqui, mas eu quero esclarecer, até para a resposta que possa dar, que quando se fala de 27 milhões de euros que o operador se compromete consubstanciar em dinheiro para o Fundo, isto é um compromisso assumido e assinado pela operadora e, nesse sentido, isto tem tudo a ver com as contas da Fundação para as Comunicações Móveis e com o seu modelo de financiamento, porque em determinada cláusula diz-se que estes 27 milhões de euros são exclusivamente destinados a financiar as ofertas a disponibilizar pelo operador móvel, portanto...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Bruno Dias, sobre essa questão já o Sr. Eng.º se comprometeu a dar essa informação por escrito à Comissão.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem.

Sobre o *software* livre, *open source*, e escola eu gostava de perguntar como é que foi e em que termos apresentada à TMN a proposta para se incluir no e.escola uma oferta de computador com sistema operativo e restante *software* livre.

O Sr. Eng.º falou há pouco no interesse e na identificação da empresa com este tipo de *software*, que eu saúdo e penso que é de valorizar, e por isso gostava de perguntar se foi uma iniciativa da TMN ao lançar este tipo

de oferta ou se foram contactados por alguma entidade e quanto, porque nós sabemos que foi muito tarde que esta oferta se concretizou e que esta alternativa foi disponibilizada.

Pergunto-lhe, ainda, se o computador Caixa Mágica, digamos assim, com esta oferta de *software* livre no e.escola permitia, como foi testemunhado pelo Dr. Paulo Trezentos, poupar cerca de 70 € do custo final do computador por que é que não foi disponibilizado o computador com esse preço mais baixo, ou seja com esse diferencial traduzido num preço final inferior para as famílias que comprariam o computador.

E pergunto-lhe isto porque, como o Sr. Eng.º disse há pouco, e muito bem, quanto mais baixo o preço mais computadores. Ora, isto podia traduzir-se, se não se alterasse o *hardware* disponibilizado, porque sabemos que estes 70 € de diferença se traduziram em placas gráficas que fizeram subir o preço e equipará-lo aos computadores que tinham *software* Microsoft, no preço final do computador ser cerca de 70 € mais barato.

Aparte inaudível na gravação.

Está bem, vamos supor que não eram 70 €, que eram 60 €, mas quando as pessoas pagam 150 € por um computador concordará, certamente, que a diferença de 60 € significa uma diferença importante e, desse ponto de vista, estas questões sobre as circunstâncias em que a adopção desta oferta disponibilizada e o momento em que ela foi disponibilizada e em que termos são matéria para nós importante.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Zeinal Bava.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Em relação aos 27 milhões eu já disse que a única contribuição em dinheiro da qual eu me recordo que fizemos

foi 1/3 dos 25 milhões. Dos 27 milhões não me recordo, mas acredito que possa ter sido por encontro de contas, porque todas as outras relações que tivemos com a Fundação...

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Mas aqui ainda não havia Fundação.

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Mas foi posterior e por isso, como já disse, da mesma maneira que a contribuição de 1/3 dos 25 milhões foi feita quando a Fundação foi criada e quando fomos interpelados, eu acredito que honrámos todos os nossos compromissos e não tenho memória que tenhamos feito mais qualquer investimento em dinheiro e por isso deve ter sido por via de encontro de contas.

Mas, como já disse, vou confirmar este detalhe amanhã e faço chegar uma informação à Comissão, sendo que, repito, estou convencido que deve ter sido encontro de contas e não deve havido mais contribuição alguma.

Em relação ao *software* livre chamo a atenção que a TMN foi o único operador que disponibilizou uma oferta com *software* livre e fizemo-lo porque, como sabe, o interesse de um computador com *software* livre é... Ou melhor, há um segmento de mercado que aceita o *software* livre e há uma parte importante do mercado que prefere ter o Windows Microsoft, porque está muito mais familiarizada com esse tipo de *software*.

O que fizemos foi trabalhar a empresa, chamada Insys, justamente para fazer com que eles adoptassem o *open source* na oferta deles, mas apresentassem um computador muito mais potente do que os outros computadores que tinham licenças da Microsoft, ou seja quem escolhesse aquele computador estaria a ficar com um *open source* mas com uma máquina muito mais potente e houve, de facto, uma boa aceitação do mercado.

Porque é que não o fizemos mais depressa? Porque o processo de

compatibilização interna dos computadores com as nossas placas, etc. é um processo moroso e nós tivemos de fazer a aprovação de todos os fornecedores de computadores internamente para ver se funcionam com as placas, com os sistemas de informação, etc. e no início não conseguimos compatibilizar isto com uma oferta da Insys com *open source*.

Por outro lado, com a evolução do tempo, os equipamentos caíram de preço e a Insys pôde ser, então, mais competitiva na máquina que disponibilizou na oferta da TMN e por isso, repito, fomos o único operador que pôs uma oferta *open source* e que teve bastante sucesso e uma muito boa aceitação...

O Sr. Bruno Dias (PCPC): — Sr. Eng.º, mas essa opção foi uma preocupação da empresa ou foi solicitada pelo Governo?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Não. Como sabe, o Grupo PT é dono do portal Sapo. Nós temos, por natureza, uma cultura muito aberta à volta da *Internet*, nunca acreditamos em conselhos tipo *wall gardens*, etc. por isso sempre tentámos pautar o nosso comportamento por ter uma *net* aberta e dou um exemplo: as pessoas que compram o serviço de *Internet* móvel da TMN podem descarregar o Spyke, ou seja, nós nem estamos, como fazem muitos outros operadores, a bloquear o *download* deste tipo de *software*.

Portanto, é uma questão cultural na nossa empresa e por isso muito mais virada para o Linux — aliás, fui presidente do Sapo durante bastante tempo e nós desde sempre fomos por esse caminho e estou a falar já desde o ano de 1999 altura em que fomos apologistas do Linux.

Por isso assim que foi possível termos uma oferta de computador da Insys muito mais potente em termos de máquina com o *open source*, nós colocámo-la do *site*...

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Então, não foi a Fundação a pedir isso?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Não, foi uma iniciativa nossa, que vai muito ao encontro da cultura *open* que temos na PT.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — A opção da qualidade em vez do preço mais reduzido deveu-se a?

O Sr. Eng.º Zeinal Bava: — Nós verificámos que as pessoas, como eu disse há pouco, nos *services* que fizemos, que entraram no programa muito cedo a certa altura já se queixavam que as máquinas não eram muito potentes, então sabíamos que a capacidade do processador, a memória, eram factores muito importantes de adesão e por isso sempre quisemos ter uma oferta muito competitiva no mercado e essa oferta muito competitiva no mercado passava por continuar a gastar 540 € para comprar o PC mas traduzir eventuais reduções de preço no equipamento em mais potência nas máquinas, ou seja, pelo mesmo preço comprámos máquinas muito melhores e nós achámos que isso é que ia ao encontro daquilo que o consumidor queria.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Eng.º Zeinal Bava pela sua colaboração.

Srs. Deputados, temos algumas votações para fazer, já pedi ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares para me substituir enquanto vou acompanhar o Sr. Eng.º Zeinal Bava, a quem agradeço, mais uma vez, a colaboração que deu a esta comissão de inquérito.

Pausa.

Entretanto reassumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente Pedro Filipe Soares.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar os requerimentos pendentes.

Gostava de, neste ponto inicial, pedir autorização de todos os grupos parlamentares para, para além dos dois requerimentos já anteriormente recebidos — um do PCP e outro do BE — juntar os do BE que foram recebidos durante o dia de hoje e que não faziam parte da nossa ordem de trabalhos inicial.

Pausa.

Como não há objecções juntaremos estes requerimentos.

Srs. Deputados, vamos, então, votar...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Sr. Presidente, fizemos uma reunião de coordenadores e eu propunha-me apresentar a lista consensualizada e votaríamos já com estas referências.

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Sr. Presidente, penso que votaríamos a retirada daquelas pessoas da lista e depois votaríamos a inclusão das outras.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Sr. Presidente, relativamente à lista das 36 audições, que tínhamos aprovado, consensualizámos já a eliminação do que estava colocado em 9.º — o Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas, Embaixador Pedro Catarino —, do que estava em 5.º — o Vogal do Conselho de Administração da Fundação para as Comunicações Móveis — do que estava em 21.º — o Director-Geral da Toshiba, João

Amaral — do que estava em 23.º — o Director-Geral da CISCO Systems Portugal, Carlos Brasão —, do que estava em 25.º, a ACER, que fica suspenso até se encontrar a empresa, e dos que estavam em 27.º, 29.º, 30.º e 31.º, sendo que os restantes — 32.º, 33.º, 34.º, 35.º e 36.º — já estavam eliminados.

Ficam em suspenso as audições da Directora-Geral da Microsoft (16.^a) e do ex-Director-Geral da Microsoft (18.^a) dependentes da audição da próxima segunda-feira, sendo que se esta for conclusiva depois decidiremos sobre a necessidade de ouvir estas pessoas, e também da UMTS 2003.

Mantém-se a audição da Prológica.

Entretanto, Srs. Deputados, foram apresentados requerimentos do BE que propõem a audição da Inforlândia, da Zon e do elemento da *taskforce* do Ministério da Educação, que poderemos votar, bem como os requerimentos que já tinham dado entrada na Mesa...

Entretanto, reassumiu a Presidência o Sr. Presidente Miguel Macedo.

O Sr. Presidente: — Mas vamos votar separadamente, porque uns requerimentos são audições e outros são de pedidos de documentação...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Não, é que há requerimentos que também são para ouvir, de novo, o Presidente da Fundação e, de novo, o ex-ministro Mário Lino.

Assim, creio que podemos votar estas cinco novas audições, na ideia de que o último a ser ouvido será o ex-ministro Mário Lino, o penúltimo o Secretário de Estado das Obras Públicas, Paulo Campos, e o antepenúltimo o Presidente da Fundação, Mário Franco.

O Sr. Presidente: — Bom, eu creio que essa ordem não faz nenhum sentido, porque acho que o Secretário de Estado devia vir antes do Presidente da Fundação, mas VV Ex.^{as} é que sabem...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — A ideia de vir, de novo, o Presidente da Fundação é para aclarar questões que não ficaram esclarecidas na primeira audição...

O Sr. Presidente: — O problema é que como há se percebeu, pela documentação que foi entregue e pelos depoimentos que foram aqui prestados, o Secretário de Estado Paulo Campos teve um papel central neste processo e, portanto, quando estamos aqui a agendar e a decidir segundas audições, designadamente do presidente da Fundação e do ex-ministro Mário Lino, eu acho que é muito relevante que o ex-secretário de Estado venha antes da segunda audição do Presidente da Fundação, tendo em conta o que se pode identificar como um papel muito importante neste processo protagonizado pelo Secretário de Estado Paulo Campos.

Admito que o ex e actual Secretário de Estado seja os último da lista da primeira ronda; agora, acho que faz sentido que as segundas audições das duas personalidades — Mário Franco e Mário Lino — sejam feitas já como depoimento prestado pelo Secretário de Estado Paulo Campos.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Nada tenho a opor, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Acho mais útil para os trabalhos da Comissão, mas estou a pôr a questão à vossa consideração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, quero apenas dizer que fui autor do requerimento para a nova vinda do Dr. Mário Franco e não tenho objecções quanto à questão que o Sr. Presidente colocou e à sugestão que fez.

O Sr. Presidente: — Então, se tiverem de acordo...

O Sr. Ramos Preto (PS): — Bom, mas isto é fazer uma segunda votação sem o Secretário de Estado. Ou seja, votamos já a vinda do Presidente da Fundação e do Eng.º Mário Lino e, depois...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, na próxima semana temos agendada, para segunda-feira à tarde, a audição do ex-Director da Microsoft, sendo provável que façamos mais uma.

Mas o resto da semana, como é a semana da Páscoa, a partir de quinta-feira não há trabalhos parlamentares, isso significa que, na outra semana, para cumprirmos o calendário que temos previsto temos de fazer muitas audições...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Mas, Sr. Presidente, há aqui audições, nomeadamente as que têm a ver com as empresas, que são curtas.

O Sr. Presidente: — Eu suponho que sejam, mas é preciso fazer contas: a primeira ronda, cumprindo os tempos, demora 50 minutos — só para perguntas... Nós temos tido audições em que as pessoas respondem mais ou menos concisamente e a coisa faz-se mais ou menos rápida, mas tivemos outras que...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — É que estamos a falar em responsáveis

de empresas, não são responsáveis políticos, esses, sim, tendem mais a estender as intervenções.

O Sr. Presidente: — Mas eu consigo reduzir se VV. Ex.^{as} disserem que para essas audições só gastam cinco minutos a fazer perguntas.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Por mim podemos acertar esse ponto.

O Sr. Presidente: — A minha questão é esta: é muito desagradável estarmos a dizer a alguém para vir para uma audição às 17 horas ou às 18 horas e depois a pessoa estar até às 19 h à espera de entrar... Com toda a franqueza do mundo, acho isso muito desagradável! Não faz sentido do ponto de vista da dignidade da Assembleia. Nós temos que saber programar os nossos trabalhos — aliás, eu até prefiro fazer uma reunião à tarde e outra à noite. É que me incomoda por uma pessoa uma hora ou duas à espera que acabe a audição anterior... Não acho que seja um grande método de trabalho!

Agora, se os Srs. Deputados disserem que para este tipo de audições de que estamos aqui a falar, que são coisas muito precisas, muito directas e ainda por cima muitas delas podem ser documentadas, bastam cinco para fazerem as perguntas, tudo bem e aí poderemos fazer duas audições da parte da tarde.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Pelo Grupo Parlamentar do PSD cinco minutos para a primeira ronda chegará...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Bruno Dias?

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, eu venho sugerir-lhe uma

outra solução de metodologia de trabalhos para garantir celeridade.

Eu penso que é arriscado estarmos a assumir o compromisso de, seja qual for a reunião e seja qual for o depoente, em vez de fazermos duas rondas façamos só uma, ou de que em vez de levarmos 10 minutos levarmos só cinco.

E em vez de estarmos a compactar duas audições numa só tarde, se for necessário do ponto de vista da celeridade dos trabalhos da Comissão de inquérito, não deve ser excluída a hipótese de, uma ou duas vezes na semana que vem, reunirmos à noite.

Depois, na terça-feira, o Sr. Presidente colocou a hipótese de fazermos uma audição na parte da manhã e se de tarde tivermos outra audição, então teremos alguma margem de intervenção que não deve ser substituída por termos duas audições numa só tarde.

O Sr. Presidente: — Isso não tem problema.

O que eu estou a dizer é que há aqui duas ou três audições nas quais julgo que, se todos estivessem de acordo, cinco minutos dará para fazer a primeira ronda e admito mais cinco minutos na segunda ronda, sendo que se não for possível conter tudo nesse tempo darei alguma tolerância, mas assim conseguíamos fazer duas audições da parte da tarde.

Agora, o que eu queria era evitar ter as pessoas à espera, o que não me parece muito agradável.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Por isso é que admito a hipótese de reunirmos à noite.

O Sr. Presidente: — É que são apenas duas ou três audições.

Tem a palavra o Sr. Jorge Costa.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Sr. Presidente, eu até posso concretizar quais são as audições. A Intel, a Inforlândia e a Youtsu.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos então cinco audições propostas. A Saber: Eng.º Mário Lino, Dr. Mário Franco, o representante da Inforlândia, o responsável no Ministério da Educação na *taskforce* que definiu as especificações e o representante da Zon no Programa e.escolinha, Dr. Rodrigo Jorge de Araújo Costa, sendo que estes três últimos requerimentos foram apresentados pelo BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Sr. Presidente, no que toca aos requerimentos dos BE, que solicitam a audição do representante da Inforlândia, o responsável no Ministério da Educação na *taskforce* que definiu as especificações e o representante da Zon, Dr. Rodrigo Costa, e pedidos de documentação podemos votar em conjunto e, depois, votaremos os outros dois requerimentos.

O Sr. Presidente: — Vamos, então, votar os requerimentos que deram entrada em primeiro lugar, ou seja os requerimentos solicitando a audição do Eng.º Mário Lino e do Dr. Mário Franco.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Sr. Presidente, vamos votar separadamente.

O Sr. Presidente: — Com certeza.

Srs. Deputados, vamos votar o requerimento solicitando a audição do Dr. Mário Franco, apresentado pelo PCP.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Sr. Presidente, em relação ao próximo requerimento que vai pôr a votação, quero dizer que nós votaremos a favor da vinda do Eng.º Mário Lino, porque o requerimento está feito em termos que nos parecem razoáveis, pois justifica o pedido dizendo «no sentido de prestar esclarecimentos na sequência das audições entretanto realizadas».

Por outro lado, no requerimento do BE é solicitada a vinda do Sr. Eng.º Mário Lino «dado que as declarações apresentadas a esta Comissão em audição anterior evidenciam uma série de contradições com a documentação disponível e com outros depoimentos realizados», sendo que, se é por esta razão nós votamos contra, porque entendemos que estes pressupostos não estão verificados.

Se o BE alterar o requerimento e disser que a vinda do Sr. Eng.º Mário Lino é para prestar esclarecimentos na sequência dos anteriores o nosso sentido de voto será outro.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado do BE aceita alterar o requerimento no sentido proposto pelo Sr. Deputado Ramos Preto?

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, vamos votar o requerimento tal como foi apresentado.

Submetido à votação foi aprovado com votos a favor do PSD, do CDS, do PCP e do BE e votos contra do PS.

Srs. Deputados, relativamente aos outros três requerimentos, creio

que podemos votá-los em bloco.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Srs. Deputados, temos agora quatro requerimentos do BE solicitando: um documentação relativa às encomendas do *Magalhães*, com as empresas que vem citadas e a data em que foi efectuada a primeira encomenda destes computadores; outro à entidade gestora do Pavilhão Atlântico no sentido de saber que entidade requisitou e quem pagou o Pavilhão para a cerimónia de 30 de Julho de 2008; um terceiro solicitando a documentação da Comissão da *taskforce* do Ministério da Educação relativo ao computador e.escolinha; um quarto requerimento dirigido à ZON, solicitando toda a documentação relativa à participação da ZON no Programa e.escolinha incluindo os acordos e contratos celebrados com entidades públicas envolvidas.

Srs. Deputados, vamos votar.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, dou por encerrados os nossos trabalhos.

Era 1 hora e 10 minutos do dia seguinte.